

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DO BRASIL
FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

**Brasília – DF
2014**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DO BRASIL
FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU 127/2013, da Portaria TCU 175/2013 e das orientações de controles internos.

Fundação Banco do Brasil

**Brasília-DF
2014**

Sumário

Lista de Abreviações e Siglas.....	5
Lista de Quadros	7
Lista de Anexos.....	9
Introdução.....	10
1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório.....	12
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	12
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	13
1.3. Organograma Funcional	13
1.4. Macroprocessos Finalísticos	14
1.5. Macroprocessos de Apoio.....	17
1.6. Principais Parceiros	19
2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados	19
2.1. Planejamento Estratégico	19
2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	28
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	42
3. Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão.....	42
3.1. Estrutura de Governança.....	42
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	43
3.3. Remuneração Paga a Administradores	46
3.4. Sistema de Correição	46
3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	46
3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	47
4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	47
4.1. Execução das Despesas	47
4.2. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	47
4.3. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	48
4.4. Transferências de Recursos	48
4.5. Suprimento de Fundos	51
4.6. Renúncias sob a Gestão da Fundação.....	51
5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	51
5.1. Estrutura de pessoal da Fundação	51
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	56
6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	58
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	58
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	59
6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	59

7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	59
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	59
8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	61
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	61
8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	62
9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	63
9.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU.....	63
9.2. Tratamento de Recomendações do OCI.....	65
9.3. Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	71
9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	74
9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	74
9.6. Alimentação SIASG e SICONV	74
10. Relacionamento com a Sociedade	75
11. Informações Contábeis	75
12. Outras Informações Sobre a Gestão.....	75
12.1. Assessoramento	75
12.2. Gestão Interna – Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia da Informação	76
12.3. Metodologia dos Indicadores de Desempenho dos Programas Sociais.....	77

Lista de Abreviações e Siglas

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil
ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ADRS – Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável
ANA – Agência Nacional de Águas
ARH – Administração de Recursos Humanos – Aplicativo do SISBB
ATB – Acordo de Trabalho
Audit – Auditoria Interna do Banco do Brasil
BB – Banco do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC – Balanced Scorecard
BTS – Banco de Tecnologias Sociais
CGU – Controladoria Geral da União
COSO – *The Comitee of Sponsoring Organizations* ou Comitê das Organizações Patrocinadoras
CRAD/UnB – Centro de Recuperação de Áreas Degradadas da Universidade de Brasília
DA – Despesas Administrativas
DBR – Declaração de Bens e Renda
DC – Número de dias entre o primeiro dia do semestre avaliativo (ou a data de início da ação/recomendação, se posterior) e a data em que foi cumprida
Dides – Diretoria Executiva de Desenvolvimento Social.
Diges – Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística
Dimob – Diretoria de Crédito Imobiliário do Banco do Brasil
Dinop – Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações do Banco do Brasil
Direo – Diretoria e Estratégia e Organização
DIRF - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física
DP – Despesas com Pessoal
DRLS – Desenvolvimentos Regional/Local Sustentável
DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável
DV – Número de dias entre o primeiro dia do semestre avaliativo (ou da data de início da ação/recomendação, se posterior) e a sua data de vencimento.
ECOA – Equipe de Comunicação e Autodesenvolvimento
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Emater – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EP²ASE – Eficácia Pública e Eficácia Privada da Ação Social de Empresas
ERP – Enterprise Resource Planning
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBB – Fundação Banco do Brasil
Fenabb – Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil
FIP – Folha Individual de Presença
FSB – Fossa Séptica Biodigestora
Funasa – Fundação Nacional da Saúde
GDP – Gestão de Desempenho por Competências
GEE – Gases de Efeito Estufa
Geate - Gerência de Assessoramento Técnico
Gecom – Gerência de Comunicação
Gefic – Gerência de Finanças e Controladoria
Geimp – Gerência de Implantação de Programas e Projetos
GEM – Gastos com Execução do Monitoramento

Gemav – Gerência de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos Sociais
Gepem – Gerência de Parcerias Estratégicas e Modelagem de Programas e Projetos
Gepin – Gerência de Pessoas e Infraestrutura
Gepro – Gerência de Análise de Projetos
Gerac – Gerência de Assessoramento Estratégico e Controles Internos
Gerap – Gerência de Autorização de Pagamentos
Getec – Gerência de Tecnologia da Informação
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
ILPF – Integração Lavoura Pecuária e Floresta
IN – Instrução Normativa (do Banco do Brasil)
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física
ISD – Investimento Social Direto
IST – Investimento Social Total
ISTC – Investimento Social Total Consolidado
KPI - Key Performance Indicators
MT – Monitoramento Total
TEM – Ministério do Trabalho e Emprego
NC – Número de Itens Não Conforme
NCI – Núcleo de Controles Internos e Conformidade
NT – Número Total de Itens
NV – Número de Itens não Verificados
PAC – Plano Anual de Conformidade
PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PD – Participantes Diretos
PDCA – *Plan, Do, Check, Act* (Planejar, Executar, Verificar, Melhorar)
PET – Plano Estratégico Trienal
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
PIDBB – Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
Presi – Presidência da FBB
Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano
RF – Referência Funcional
RFB – Receita Federal do Brasil
SAED – Sistema de Acompanhamento das Estações Digitais
Sapiens – Sistema Empresarial – ERP
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secex – Secretaria Executiva
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIC – Sistema de Instruções Codificadas
SISBB – Sistema de Informações Banco do Brasil
Super – Superintendência do Banco do Brasil
TS – Tecnologia Social
UDS – Unidade Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
VA – Valor Aferido
VRISP – Valor Referencial de Investimento Social por Participante
WWF - *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza)

Lista de Quadros

<u>Quadros</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1.1 – Identificação da Fundação - Relatório de Gestão individual	12
Quadro A.1.4 – Programas da Fundação	16
Quadro A.2.2.1.1.1 – Programa AABB Comunidade	32
Quadro A.2.2.1.1.2 – Desempenho do Programa BB Educar	33
Quadro A.2.2.1.1.3 – Desempenho do Programa Inclusão Digital	34
Quadro A.2.2.1.2 – Dados Gerais Programas Geração de Trabalho e Renda	36
Quadro A.2.2.1.2.1 – Desempenho dos Projetos em Cadeias Produtivas	37
Quadro A.2.2.1.2.2 – Desempenho dos Projetos em Desenvolvimento Regional/Local Sustentável (DRLS)	38
Quadro A.2.2.1.2.3 – Desempenho dos Projetos em Temáticos	39
Quadro A.2.2.1.2.4 – Desempenho dos Projetos em Outros Projetos em Geração de Trabalho e Renda	40
Quadro A.2.2.1.2.5 – Desempenho dos Projetos em Replicação de Tecnologias Sociais	40
Quadro A.3.2 – Avaliação Do Sistema De Controles Internos	43
Quadro A.4.4.2 - Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela Fundação nos Três Últimos Exercícios	48
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da Fundação	52
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	52
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da Fundação por Faixa Etária, situação apurada em 31/12	53
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da Fundação por Nível de Escolaridade, situação apurada em 31/12	53
Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	53
Quadro A.5.1.8 – Demonstrativo do Desempenho Funcional	55
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (compartilhados com o BB)	56
Quadro A.5.2.4.1 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (compartilhado com o BB)	56
Quadro A.5.2.4.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (contratados pela Fundação)	57
Quadro 5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários	58
Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	59
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia Da Informação da Fundação	59
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	62
Quadro A.9.1.1 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	63
Quadro A.9.1.2.1 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendidas ao Final do Exercício	64
Quadro A.9.1.2.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendidas ao Final do Exercício	64
Quadro A.9.2.1.1 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013	65
Quadro A.9.2.1.2 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013	66
Quadro A.9.2.1.3 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013	67
Quadro A.9.2.1.4 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013	67
Quadro A.9.2.1.5 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013	68
Quadro A.9.2.2.1 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013	69
Quadro A.9.2.2.2 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento	69

no Exercício de 2013

Quadro A.9.2.2.3 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013	70
Quadro A.9.2.2.4 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013	71
Quadro A.9.4 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DIRPF	74

Lista de Anexos

- Anexo 1 – Organograma da Fundação Banco do Brasil
- Anexo 2 – Plano Estratégico Trienal 2013-2015
- Anexo 3 – Acordo de Trabalho 2013
- Anexo 4 – Plano Anual de Conformidade (PAC) 2013
- Anexo 5 – Planejamento de Atividades e Orçamento 2013 e
Reprogramações Orçamentárias aprovadas pelo Conselho Curador
- Anexo 6 – Relação dos Instrumentos de Transferências no Exercício
- Anexo 7 – Informações Contábeis da Gestão

Introdução

A Fundação Banco do Brasil atua com a missão de promover a inclusão socioprodutiva, por meio de tecnologias sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Para cumpri-la, procura dar foco à integração de ações de educação, cultura e de geração de trabalho e renda, por intermédio da disseminação e reaplicação de tecnologias sociais.

O presente Relatório contempla as principais realizações da Fundação Banco do Brasil em 2013, relacionadas ao investimento social, parcerias firmadas, comunicação e divulgação institucional e, também, à gestão interna da Instituição.

Conquanto o planejamento estratégico da Fundação preveja a destinação prioritária dos investimentos sociais aos vetores água, agroecologia, agroindústria, resíduos sólidos e educação, em 2013 tivemos o último período com orçamento e realização ainda baseados nos eixos de atuação Geração de Trabalho e Renda e Educação e Cultura.

Por conseguinte, a mensuração dos indicadores de desempenho também acompanha essa mesma lógica, contemplando os programas e grupamentos que integram cada um dos referidos eixos.

O investimento social realizado em 2013 atingiu um total de R\$ 136,2 milhões. O investimento na área de Educação e Cultura somou R\$ 16,4 milhões, as ações foram concluídas conforme planejado e a execução orçamentária alcançou aproximadamente 99% do previsto. Nessa área as ações são divididas em cinco programas estruturados: AABB Comunidade, BB Educar, Inclusão Digital, Projeto Memória e Memória Documental.

Na área de Geração de Trabalho e Renda o investimento totalizou R\$ 117,9 milhões, incluindo R\$ 12,8 milhões em recursos de terceiros. As iniciativas foram divididas em cinco frentes: Reaplicação de Tecnologias Sociais, Cadeias Produtivas, Desenvolvimento Regional/Local Sustentável, Temáticos e Outros Projetos.

Além desses eixos, a Fundação realizou, em 2013, a 7ª edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

O exercício de 2013 também foi marcado por dificuldades para o cumprimento dos objetivos institucionais. No primeiro semestre, após aprovação pelo Conselho Curador, houve a implementação de uma nova estrutura organizacional, totalmente orientada por processos, implicando grande movimentação interna de pessoal e profundas alterações na operacionalidade da instituição, notadamente na condução de projetos sociais.

Paralelamente a isso, tivemos missões especiais da auditoria interna do Banco do Brasil, para apuração de fatos veiculados na imprensa, cujos desdobramentos impactaram a produtividade interna, com reflexos na execução de projetos sociais.

O relatório de gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU 127/2013, da Portaria TCU 175/2013 e das orientações de controles interno.

Alguns quadros dispostos na Portaria TCU nº 175/2013 sofreram adaptações em função de características institucionais da Fundação. Contudo, procurou-se atender às informações solicitadas.

Dada a natureza jurídica da Fundação, presente no artigo 1º do seu estatuto, de entidade de direito privado e não integrante da Administração Pública Direta e Indireta, com autonomia administrativa e financeira, os seguintes itens e subitens não são aplicáveis:

- 3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU;
- 4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

- 4.3 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;
- 4.5 Suprimento de Fundos;
- 4.6 Renúncias sob a Gestão da Fundação.

1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1.1 - Identificação da Fundação - Relatório de Gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Banco do Brasil		CNPJ: 01.641.000/0001-33	
Denominação abreviada: FBB			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica	
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: 88.00-6-00 Serviços de assistência social sem alojamento		Código CNAE: 306-9	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3104-4600	(61) 3104-4603	(61) 3104-4604
Endereço eletrônico: fbb@fbb.org.br			
Página na Internet: www.fbb.org.br			
Endereço Postal: Setor Comercial Norte, Quadra 1, Bloco A, Edifício Number One - 9º, 10º, 18º e 19º andares CEP: 70.711-900 – Brasília – DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Fundação Banco do Brasil foi instituída por Escritura pública, lavrada no Cartório do 3º Ofício de Notas de Brasília (DF), em 3/2/1986, às folhas 177/vº, do Livro D-135, consoante autorização da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco do Brasil S.A., realizada em 23/12/1985. A citada escritura pública foi retificada pelo seu instituidor, o Banco do Brasil S.A., em 22/10/1987, com o objetivo de consolidar o estatuto da Fundação.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O atual Estatuto foi registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 3/5/2010. O Regimento Interno regula suplementarmente as atividades e funcionamento da Fundação e sua última alteração foi aprovada pelo Conselho Curador da Instituição em 24/3/2010. Não houve publicação dos documentos no Diário Oficial da União, em virtude de tratar-se de constituição de pessoa jurídica de direito privado.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Conforme preceitua o art. 1º de seu Estatuto, a Fundação Banco do Brasil, instituída pelo Banco do Brasil S.A., é pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos. O Regimento Interno da Fundação preconiza em seu art. 1º, parágrafo único, que a Instituição possui atuação universalizada, em todo o território nacional, mediante o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e outras iniciativas sociais no âmbito de seus campos de atuação, em parceria com outras instituições (governamentais e não governamentais), tendo como princípio básico proporcionar benefício a todos os segmentos da sociedade brasileira.			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Banco do Brasil – FBB, instituída em 23/12/1985 pelo Banco do Brasil S.A., consoante autorização da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de natureza jurídica de direito privado, com atividades e funcionamento regulados pelo seu Estatuto e, suplementarmente, por seu Regimento Interno.

Conforme artigo 2º. do Estatuto: “ Fundação tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais”.

A Fundação atua de forma universalizada, em todo o território nacional, mediante o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e outras iniciativas no âmbito de seus campos de atuação, em parceria com outras instituições – governamentais e não governamentais -, tendo como princípio básico o de proporcionar benefício a todos os segmentos da sociedade brasileira, sem distinção. (§único, do Art 1º, do Regimento Interno da FBB).

1.3. Organograma Funcional

A arquitetura organizacional da Fundação foi estruturada para sustentar o modelo de gestão aderente à estratégia e à cultura organizacional, conforme organograma constante do Anexo 1.

Apresentamos, abaixo, as principais funções de cada órgão que compõe a estrutura funcional da Fundação:

- **Diretoria Executiva** – Órgão responsável pela administração da Instituição, tem atuação permanente, coordenando e implementando as decisões emanadas do Conselho Curador e demais assuntos da Fundação a ela afetos, cuidando da integração e articulação entre os Conselhos Fiscal e Curador.
- **Gerência de Comunicação – Gecom** desempenha o papel de mediar a relação da Fundação Banco do Brasil com a Imprensa, público de funcionários e clientes do BB, representantes de instituições do Terceiro Setor, gestores públicos, parlamentares, comunidades participantes, gestores de empreendimentos sociais parceiros da Fundação, jornalistas, comunicadores e demais formadores de opinião.
- **Secretaria Executiva – Secex** é o órgão de assessoramento institucional da Diretoria Executiva, responsável pela gestão da Governança na Fundação Banco do Brasil. Tem como responsabilidade gerenciar as atividades diretamente vinculadas ao Processo de Governança e assessorar institucionalmente a Diretoria Executiva em sua função de assegurar a implementação das políticas e diretrizes emanadas do Conselho Curador.
- **Gerência de Assessoramento Estratégico e Controles Internos – Gerac** é responsável pela coordenação e gestão das atividades de planejamento corporativo, acordo de trabalho e orçamento da Fundação; Promoção e Gestão do Banco de Tecnologias Sociais; assessorar estrategicamente o Presidente e a Diretoria Executiva da Fundação e realizar a gestão das atividades de controles interno e externo, conformidade e relacionamento com órgãos reguladores aos quais a Fundação se submete.

- **Gerência de Parcerias Estratégicas e Modelagem de Programas e Projetos - Gepem** responsável pelo desenvolvimento e revisão dos programas e projetos sociais; gestão do desenvolvimento e modelagem de soluções estruturadas em tecnologias sociais e gestão das parcerias estratégicas.
- **Gerência de Assessoramento Técnico - Geate** responsável pela prospecção e a articulação de parcerias locais para a celebração de convênios/contratos além do assessoramento à implementação de programas e projetos sociais.
- **Gerência de Análise de Projetos – Gepro** gestão das atividades de análise de propostas de programas e projetos sociais apoiados pela Fundação; Conduzir alterações em projetos sociais envolvendo suplementação financeira.
- **Gerência de Implantação de Programas e Projetos – Geimp** responsável pela formalização, condução, encerramento e alterações dos convênios, e/ou acordos de parceria, para implementação de programas e projetos sociais; Atendimento aos parceiros sobre a implementação dos programas, exceto suplementações.
- **Gerência de Autorização de Pagamentos - Gerap** responsável pela gestão dos procedimentos de liberação de recursos relacionados à execução de projetos sociais; efetuar o controle das prestações de contas de adiantamentos de recursos relativos à execução de projetos sociais.
- **Gerência de Pessoas e Infraestrutura – Gepin** cuida do funcionalismo, comunicação interna, capacitação, recrutamento e seleção, GDP, acordo de trabalho e orçamento (despesas administrativas e de pessoal). Responde pelo controle e fiscalização dos contratos e pagamentos, conservação predial e segurança, patrimônio e serviços gerais. Realiza os procedimentos para as aquisições diretas (até R\$ 4 mil) e as licitações (procedimento administrativo formal mediante o qual a administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse).
- **Gerência de Tecnologia da Informação – Getec** responsável pela manutenção e suporte e implementação de soluções em TI; Gestão das atividades de pesquisa e desenvolvimento em TI, do Sistema Corporativo e da segurança das informações nos e-mails corporativo e pessoal.
- **Gerência de Finanças e Controladoria – Gefic** responsável pela gestão do sistema contábil e fisco-tributário da Fundação; coordenação das atividades relativas ao acompanhamento da execução orçamentária; da gestão financeira e de mensuração da sustentabilidade econômico-financeira e gestão do sistema de informações gerenciais da Fundação.
- **Gerência de Monitoramento e Avaliação de Programa e Projetos Sociais – Gemav** responsável pela gestão das atividades de monitoramento e de avaliação de programas e projetos sociais por meio de desenvolvimento de metodologias a partir de pesquisas de métodos, modelos e práticas de monitoramento e avaliação de programas e projetos utilizados no mercado e demais organizações e instituições do Terceiros Steor; Monitorar programas e projetos sociais e elaborar relatórios.

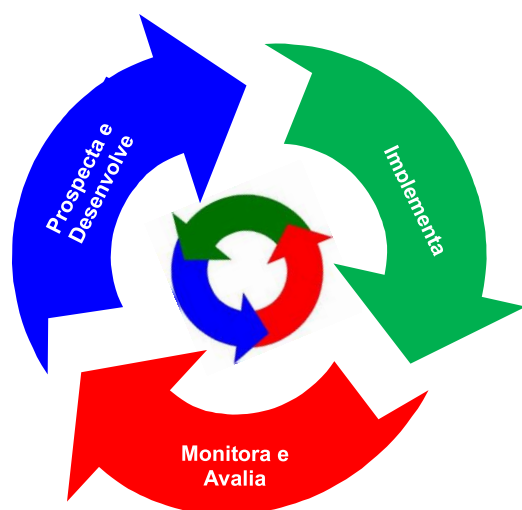
1.4. Macroprocessos Finalísticos

Desde sua instituição em 1985 e ao longo de sua existência, a Fundação Banco do Brasil, conforme expandia sua atuação, passou por diferentes estruturas organizacionais, acompanhando práticas do Terceiro Setor, onde atua.

As modificações em sua estrutura sempre contaram com apoio técnico da área especializada do Banco do Brasil, de forma colaborativa.

Após estudo realizado pela Diretoria de Estratégia e Organização do BB (Direo) em 2012, identificou-se um melhor formato para a operacionalização da Fundação. Nesse contexto, foi desenhado um novo arranjo processual e consequente adequação da estrutura. As mudanças foram implementadas em abril de 2013, quando a FBB passou a se configurar conforme abaixo.

Ciclo operacional composto por 3 (três) etapas:



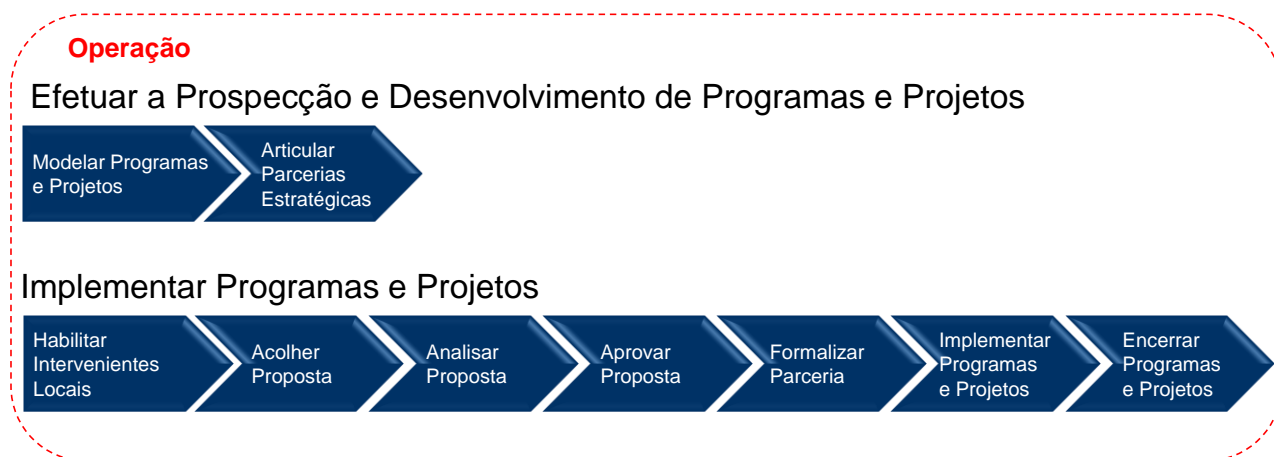
Foco na prospecção e na modelagem de programas e projetos, para encontrar o melhor modelo para cada situação.

Foco na maximização da implementação de programas e projetos, para gerar melhores resultados.

Foco no registro dos resultados da implementação de programas e projetos, para identificar onde é possível melhorar.

Dentre as etapas do ciclo operacional da Fundação, duas serão detalhadas neste item.

A figura abaixo mostra, por etapa, fases e cadeia de valor em cada uma:



A etapa “Monitora e Avalia” será descrita no item 1.5, por estar relacionada ao apoio aos processos finalísticos.

A nova estrutura, implantada em abril de 2013, previu a condução dos macroprocessos finalísticos baseada nas seguintes definições, apresentadas por etapa do ciclo operacional:

- **Efetuar a Prospecção e Desenvolvimento de Programas e Projetos**

Envolve duas fases:

1. Modelar Programas e Projetos: encontrar o melhor modelo para cada situação, por meio da prospecção (pesquisa) e da modelagem de programas e projetos. Definir o público alvo para os programas e projetos, os objetivos a serem alcançados, as regras

para a implementação, o modelo de operacionalização e os *templates* (modelo de documentos) utilizados para controle e acompanhamento da implementação;

2. Articular Parcerias Estratégicas: formalizar as atuações em parceria e centralizar o relacionamento com os parceiros estratégicos.

- **Implementar Programas e Projetos**

Compreende a execução dos programas e projetos sociais apoiados pela Fundação Banco do Brasil, conforme modelagem na etapa “Efetuar a Prospecção e Desenvolvimento de Programas e Projetos”, anteriormente apresentada.

Tem operacionalização baseada em sete fases:

1. Habilitar Intervenientes Locais (beneficiários, associações, parceiros executores);
2. Acolher Proposta;
3. Analisar Proposta;
4. Aprovar Proposta;
5. Formalizar Parceria;
6. Implementar Programas e Projetos;
7. Encerrar Programas e Projetos.

Na sua atuação finalística de apoio a projetos, a Fundação organiza os recursos disponíveis em diversos programas sociais, para levá-los ao público-alvo. Esses programas estão agrupados em grandes eixos de atuação, a saber:

Quadro A.1.4 – Programas da Fundação

Eixo de Atuação	Programas / Grupamentos	
Educação e Cultura	AABB Comunidades	
	BB Educar	
	Inclusão Digital	
Geração de Trabalho e Renda	Trabalho e Cidadania	Cadeias produtivas
		Desenvolvimento Regional / Local Sustentável
		Temáticos (agricultura familiar, voluntariado, etc.)
		Independentes
	Reaplicação de tecnologias sociais	

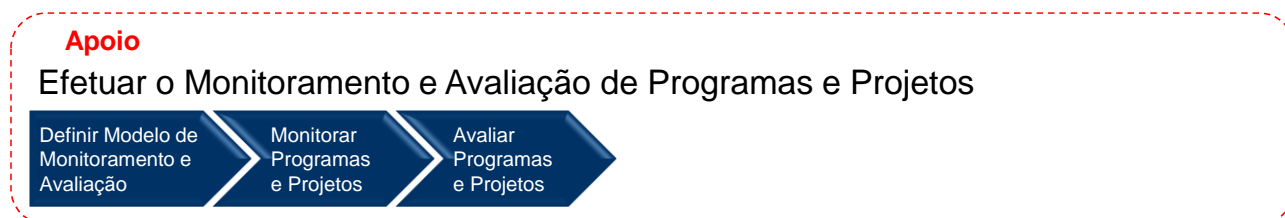
Além dos programas acima identificados, a Fundação possui o Banco de Tecnologias Sociais – BTS. Trata-se de um banco de dados que contempla informações sobre as tecnologias certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, desde a primeira edição realizada em 2001. O Prêmio é realizado em anos ímpares.

A FBB utiliza-se do planejamento estratégico trienal aprovado pelo Conselho Curador como instrumento para melhor orientar o uso dos recursos disponíveis, estabelecendo as diretrizes para a destinação de volumes financeiros por campo de atuação.

Em nível tático-operacional, a FBB elabora anualmente Planos de Atividades, detalhando os objetivos gerais e específicos, o público-alvo, o orçamento anual por programa e as ações internas com os correspondentes indicadores.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Dentre as etapas que integram o ciclo operacional da Fundação, a responsável pelo monitoramento e avaliação de programas e projetos constitui-se no macroprocesso de apoio de maior relevância e essencial às ações finalísticas da instituição, relacionada aos investimentos sociais:



O principal objetivo da etapa “Efetuar o Monitoramento e a Avaliação de Programas e Projetos” é a busca de um processo contínuo de aprendizado, permitindo identificar e avaliar de que forma se realizam as implantações de programas e projetos sociais apoiados pela Fundação e, ainda, os impactos produzidos, em termos de inclusão e transformação social.

O Monitoramento compreende uma coleta sistemática e uma análise das informações de como um programa ou projeto evolui, buscando melhorar sua eficiência e sua eficácia. Auxilia a manter o trabalho em sua linha geral e possibilita aos responsáveis pela implementação identificar eventuais desvios de rota.

A Avaliação é a comparação do real impacto da implementação do programa e projeto em relação ao planejamento, buscando verificar se o que foi formulado para ser realizado foi realmente executado e como foi alcançado (efetividade).

Os principais objetivos desta fase são identificar os problemas de planejamento e/ou implementação e promover ajustes para que se possa, mais fortemente, focar a eficiência, a eficácia e a efetividade. As atividades desta etapa são de responsabilidade da Gerência de Monitoramento e Avaliação (Gemav), cujas funções estão descritas no item 1.3.

1.5.1 Atividades de Apoio em 2013

A Fundação realiza monitoramento de projetos por meio de visitas *in loco* ou pelo acompanhamento à distância. Em 2013, foram realizados 200 monitoramentos, superando a meta para o ano em 5,3%. Esses projetos foram selecionados aleatoriamente dentro do universo amostral ou por meio de indicação das áreas gestoras. O universo amostral considerado teve como base todos os projetos cujos convênios ou contratos estavam vigentes.

Foi aplicada pela primeira vez, em caráter piloto, metodologia desenvolvida para o monitoramento à distância. Um formulário adaptado às diferentes ações da FBB foi enviado às entidades parceiras e as respostas serviram como subsídio para verificar a situação atual dos projetos.

Foram 142 projetos monitorados à distância, sendo que os intervenientes locais e os demais atores envolvidos puderam contar com o suporte da Fundação por meio de contato telefônico ou eletrônico durante o processo.

Concomitantemente ao desenvolvimento dessa nova metodologia, a Gemav vem realizando o acompanhamento de projetos com base na equalização de conceitos considerados essenciais nesse processo. Entre eles estão os conceitos de território, monitoramento, economicidade e indicadores.

A Fundação Banco do Brasil verifica a efetividade de suas ações sociais (programas e projetos) por meio da realização de processos avaliativos de caráter finalístico, com ênfase na

observação dos resultados e impactos de seus investimentos nos públicos ou comunidades participantes. Para isso, promove processos avaliativos internos, desenvolvidos pela Gemav, e externos, com a contratação, via processo licitatório, de empresas ou consultorias especializadas.

Em 2013 foram realizadas as seguintes ações:

- Avaliação intermediária do Projeto de Aperfeiçoamento das Ações da Estratégia de Desenvolvimento Regional/Local Sustentável, objeto de convênio firmado entre a FBB e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O processo avaliativo não teve cunho finalístico e foi desenvolvido por consultoria contratada pelo BID em conjunto com a Gemav.
- Contratação da consultoria Herkenhoff & Prates para avaliar o Processo de Gestão de Empreendimentos de Economia Solidária, apoiado pela Fundação. Cinco empreendimentos das cadeias produtivas de Apicultura, Mandiocultura e Resíduos Sólidos foram analisados.
- Avaliação do Projeto Balde Cheio, realizada pela empresa Datametrica Consultoria. A pesquisa teve ênfase na análise do processo de reaplicação da tecnologia social Balde Cheio nos estados de Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal.

As recomendações e sugestões advindas dos processos avaliativos servem de subsídios para o aprimoramento dos programas e projetos apoiados pela Fundação.

Outro aspecto de destaque foi a consultoria especializada para desenvolver metodologia de aferição da emissão, redução ou sequestro de Gases de Efeito Estufa – GEE (equivalente carbono) nas ações sociais da FBB. O projeto piloto será desenvolvido com a tecnologia Balde Cheio para teste e validação da metodologia.

Processos avaliativos em 2013

Processo de Gestão dos Empreendimentos de Economia Solidária	Natureza	Qualitativa/Quantitativa
	Modalidade	Processo e Impacto
	Execução	Herkenhoff & Prates
	Situação	Em andamento

Balde Cheio	Natureza	Qualitativa/Quantitativa
	Modalidade	Processo e Impacto
	Execução	Datamétrica
	Situação	Concluída

Aperfeiçoamento das Ações da Estratégia de Desenvolvimento Regional/Local Sustentável (DRS)	Natureza	Qualitativa
	Modalidade	Processo
	Execução	Interna
	Situação	Concluída

No item 12 deste relatório constam informações sobre as outras ações desenvolvidas no âmbito dos demais macroprocessos de apoio.

1.6. Principais Parceiros

Dentre os principais parceiros da Fundação Banco do Brasil, destacam-se:

- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobras;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- Federação Nacional das AABB – FENABB;
- Instituto Cooperforte;
- Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR.

2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

2.1. Planejamento Estratégico

Conforme consta dos normativos internos da Fundação, a formulação da estratégia dá-se no estabelecimento das diretrizes fundamentais propostas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Curador, para a consecução da missão, sendo consolidados no Plano Estratégico Trienal (PET).

Em dezembro de 2012 foi aprovado o PET para o triênio 2013-2015 e, em 2013, houve sua revisão anual junto ao Conselho Curador, consolidando ajustes para o exercício.

O Anexo 2 contempla o texto aprovado em 2012 e as modificações de 2013.

Perspectivas e Objetivos Estratégicos

Objetivos são resultados quantitativos e qualitativos que a organização precisa alcançar em prazo determinado, no contexto de seu ambiente, para cumprir sua missão.

Ao discuti-los e reformulá-los, é possível melhor equacionar perguntas, como: “onde se situa a organização hoje, e para onde ela será encaminhada no futuro?”.

Por ocasião do processo de revisão da estratégia 2013-2015 foi feita uma releitura das perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC) que compõem o Mapa Estratégico da instituição.

As perspectivas e sua ordenação passaram por adaptações de modo a retratar com maior fidelidade a orientação da atuação da FBB e maior alinhamento com as perspectivas utilizadas pelo Banco do Brasil.

As perspectivas do Mapa Estratégico são:

		CONCEITOS
PERSPECTIVAS	Socioambiental	Está relacionada ao objetivo principal da Fundação de promover inclusão socioprodutiva, em sinergia de ações com os principais parceiros, potencializando o investimento social e a disseminação de TS, buscando transformação social e desenvolvimento sustentável.
	Financeira	Inclui indicadores que dizem respeito à situação econômico-financeira favorável da Fundação e outros que incentivem que sempre mais recursos cheguem aos programas e projetos e beneficiem mais participantes.
	Público Participante	Tem como foco principal a busca da melhoria do relacionamento com o público participante dos programas e projetos da Fundação.
	Processos Internos	Tem foco na melhoria dos processos internos buscando contribuir com a mitigação dos riscos operacionais, a garantia de conformidade e o aumento da produtividade, de forma que os benefícios internos possam refletir-se também em atuação externa.
	Aprendizado e Conhecimento	Atendidas as premissas de qualidade de vida no trabalho, objetiva alinhar as competências profissionais às organizacionais e propiciar a formação de uma cultura de aprimoramento contínuo das pessoas e da gestão do conhecimento.

Os objetivos estratégicos para o triênio 2013-2015, agrupados segundo as novas perspectivas do BSC, são:

Perpectiva Socioambiental

- **Promover a inclusão socioprodutiva com qualidade**

Trata-se do objetivo mais alinhado à nossa missão. Está relacionado à realização de um ciclo de ações que, somadas, trarão qualidade ao investimento social realizado. Exemplo: planejar, realizar, monitorar e avaliar projetos sociais.

- **Potencializar a integração, os investimentos sociais e a disseminação de TS**

Esse objetivo é coerente com a estratégia da FBB em concentrar seus investimentos sociais em vetores estratégicos que tenham maior alcance transformador em termos de inclusão socioprodutiva, além de expressar a busca pelo uso sinérgico de tecnologias sociais.

- **Ampliar a sinergia com parceiros estratégicos e com políticas públicas**

Considerando o papel de uma organização do Terceiro Setor, o que se busca é a cooperação e não a competição com outras organizações ou com políticas públicas. Procura-se valorizar a participação de recursos de terceiros no investimento social e a quantidade de parcerias formalizadas que venham a ampliar os resultados de atuação da Fundação, em nível nacional ou regional.

Perpectiva Financeira

- **Assegurar a sustentação econômico-financeira da Fundação**

Aprimoraremos a gestão de despesas e buscaremos maior eficiência operacional e eficácia na aplicação social de recursos próprios, no intuito de incentivar que sempre mais recursos cheguem aos programas e projetos e beneficiem mais participantes.

Perpectiva Público Participante

- **Aprimorar o relacionamento com o público participante**

Aperfeiçoaremos o relacionamento com o público participante por meio da realização de encontros de mobilização, divulgação e capacitação; pela criação de canal de comunicação eficiente com o nosso público e pela diminuição dos prazos para realização de pagamentos em projetos.

- **Valorizar a juventude**

Ampliaremos a participação de jovens nos nossos programas e projetos, em função do protagonismo que estes atores sociais podem ter no processo de inclusão socioproductiva e por constatações de que constituem o segmento populacional mais sensível às desigualdades sociais, o mais exposto às drogas e às situações de violência no País e pelas dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

Perpectiva Processos Internos

- **Melhorar a produtividade**

Buscaremos a redução do tempo gasto para executar um serviço, com a manutenção dos níveis de qualidade, sem o acréscimo de mão-de-obra ou aumento dos recursos necessários. Os produtos da FBB são programas e projetos sociais.

- **Mitigar riscos**

Ampliaremos ações voltadas para a identificação, análise, mitigação ou eliminação, a um nível aceitável, dos perigos, e os consequentes riscos, que ameaçam a viabilidade da Fundação.

Perpectiva Aprendizado e Conhecimento

- **Contribuir para a satisfação dos funcionários**

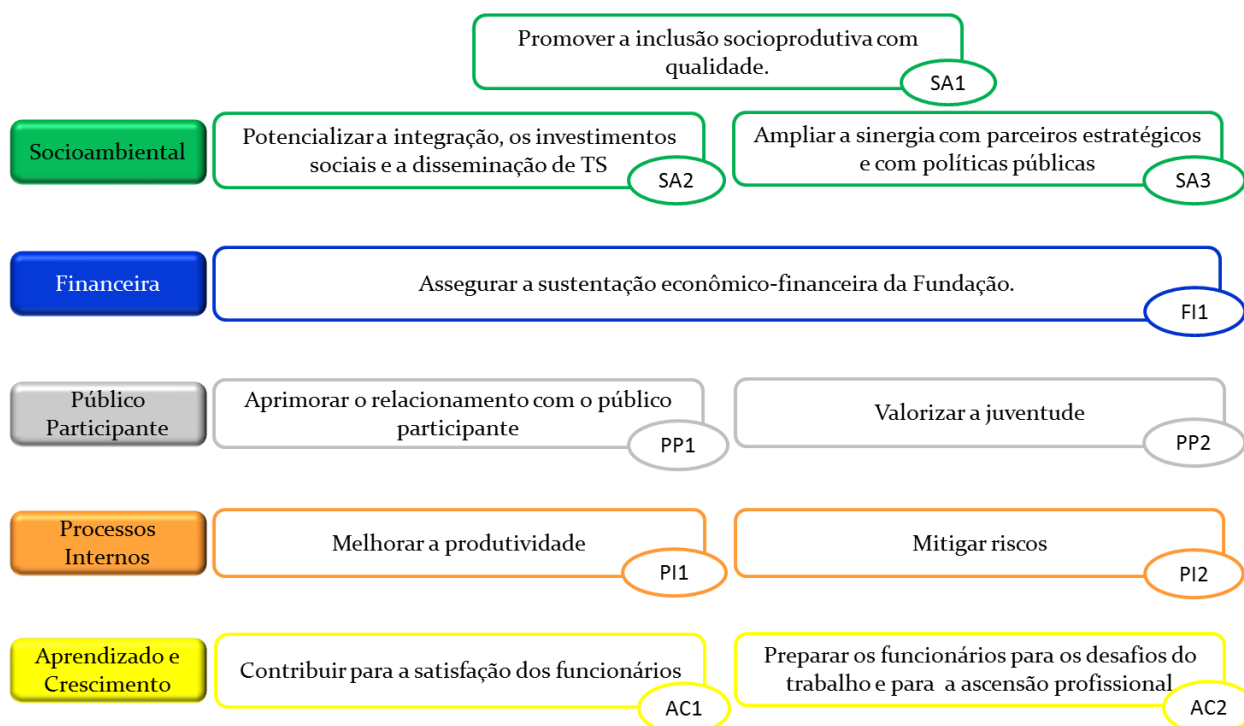
Aumentaremos a satisfação dos funcionários por meio do monitoramento da saúde e da promoção de melhorias nas condições de trabalho, no encarreiramento e na comunicação interna.

- **Preparar os funcionários para os desafios do trabalho e para a ascensão profissional**

Incentivaremos a capacitação de funcionários e, em particular, a de gestores, de modo a ir ao encontro de uma demanda extraída do Fórum Gestão de Pessoas (2012), além de se procurar ampliar e disseminar o conhecimento para os funcionários a respeito das tecnologias sociais cadastradas no nosso Banco de Tecnologias Sociais (BTS).

Esse agrupamento dos objetivos estratégicos do triênio 2013-2015, por perspectiva, resultou no novo Mapa Estratégico da Fundação Banco do Brasil, com a seguinte configuração:

Mapa Estratégico 2013-2015



Com base nas diretrizes contidas no plano estratégico, anualmente, a Fundação Banco do Brasil elabora e apresenta ao Conselho Curador o Planejamento de Atividades e o Orçamento para o exercício. Enquanto o Orçamento estabelece parâmetros relacionados à realização financeira de fontes e usos de recursos, o Planejamento de Atividades contempla as ações de nível tático-operacional que serão empreendidas pela Fundação com vistas ao cumprimento dos orçamentos e ao atingimento de objetivos e metas. No anexo 5 estão apresentadas as peças de planejamento de atividades e de orçamento aprovados pelo Conselho Curador para o exercício de 2013.

2.1.1 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Em 2013 demos início a estratégia estabelecida no Plano Estratégico Trienal 2013-2015. Após o Conselho Curador ter ratificado a alteração da estrutura em março, passamos a trabalhar de forma orientada por processos. A sugestão de alteração foi resultado do estudo dos consultores da Diretoria e Estratégia e Organização do Banco do Brasil – Direo e da Unidade de Desenvolvimento Sustentável – UDS, iniciado em 2012.

Agora, promovemos a inclusão socioprodutiva, por meio de tecnologias sociais em cinco vetores: Água, Agroecologia, Agroindústria, Resíduos Sólidos e Educação, todos nos meios rural e urbano.

A adoção desses vetores é uma forma de tornar mais tangível a orientação e aplicação do investimento social da Fundação e dar aderência ao objetivo central de promover inclusão socioprodutiva.

Na nova estratégia de atuação, a ênfase será na Juventude. Entretanto outros públicos continuam prioritizados, a saber: Quilombolas, Indígenas, Agricultores Familiares, Catadores e Assentados da Reforma Agrária.

Indicadores

Com vistas à mensuração do alcance dos propósitos institucionais contidos no Planejamento Trienal, a Fundação se utiliza de indicadores, elaborados de forma convergente aos objetivos, de cada perspectiva, conforme estabelecido no Mapa Estratégico.

Dentro da dinâmica do *Balanced Scorecard* (BSC), os indicadores podem ser agrupados de diferentes formas, conforme os propósitos desejados.

Como forma de favorecer o cumprimento das ações planejadas, anualmente a Fundação elabora e pactua com os funcionários um Acordo de Trabalho (ATB), no qual os indicadores são agrupados e balanceados por pesos, numa visão focada na perspectiva da estratégia, também ponderada por pesos.

O Acordo de Trabalho é um instrumento de gestão indutor do alcance dos objetivos estratégicos, sendo elaborado anualmente e aprovado junto ao Conselho Curador da Fundação. Tem apuração semestral e meta de 400 pontos em cada semestre, em uma escala máxima de 600 pontos. Requer a aprovação do órgão máximo da Fundação uma vez que os resultados alcançados a cada semestre são informados ao Banco do Brasil – empregador dos funcionários cedidos à FBB -, para fins de participação em lucros e resultados, às expensas exclusivas do BB, em conformidade com acordo de cooperação institucional vigente.

Para o ano de 2013, o Acordo de Trabalho – constante do Anexo 3 – considerou as premissas e previsões contidas no Planejamento Estratégico 2013-2015, os Planos de Atividades e a proposta Orçamentária 2013.

Já em relação ao nível de alcance dos objetivos estratégicos, a Fundação está apresentando neste Relatório essa aferição, também seguindo a dinâmica do BSC, já citada. Para este propósito, o desempenho de cada objetivo estratégico decorre do resultado dos indicadores que o integram e considerando:

- a) a média das notas dos indicadores vinculados a cada objetivo, observadas no 1º e 2º semestres, quando não há cumulatividade no segundo período;
- b) nos indicadores com medição nos dois semestres, mas acumulada no 2º, apenas a última nota é computada na média;
- c) nos indicadores com apuração apenas em um dos semestres, esta nota é considerada no cálculo da nota do objetivo;
- d) médias aritméticas simples, sem ponderação por pesos.

A apuração de resultado dos objetivos estratégicos está sendo apresentada adiante com base no Mapa Estratégico alterado em 2013, de forma retrospectiva, de modo a permitir análise comparativa de todo o triênio 2013-2015, quando transcorrido.

Acompanhamento orçamentário

Após aprovação dos Planos de Atividades anuais pelo Conselho Curador, segue-se à previsão mensal de orçamento das ações. A gerência responsável na Fundação passa, então, a controlar semanalmente essa execução, de forma sistematizada (periódica e padronizada), por meio de Sumário de Execução Orçamentária, solicitando às gerências as justificativas aos eventuais desvios em relação aos Planos aprovados. Ações que eventualmente não possuam orçamento financeiro são acompanhadas nas reuniões semanais entre dirigentes e gestores de cada instância diretiva.

Banco de Tecnologias Sociais – BTS

O Banco de Tecnologias Sociais – BTS é uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil que possui os seguintes princípios gerais:

- destina-se a promover, difundir e fomentar a reaplicação de ações de natureza socialmente transformadora, que mais tenham contribuído para o desenvolvimento humano sustentável, em termos de resultados e impacto social;
- contém Tecnologias Sociais que atendem demandas por água, alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, renda e saúde;
- contempla apenas tecnologias aplicadas, isto é, já implementadas, com resultados comprovados de transformação social.

A face mais visível do programa Banco de Tecnologias Sociais é sua base de dados, disponível no sítio da Fundação, <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/>. O BTS possibilita que as tecnologias sejam consultadas por tema, entidade executora, público-alvo, UF de implementação, palavra-chave, entre outras opções. As informações apresentadas sobre as Tecnologias Sociais contemplam o problema solucionado, a solução adotada, os recursos necessários para implementação da iniciativa e os resultados obtidos, entre outros detalhamentos. Encontram-se disponíveis, também, os dados das instituições que desenvolveram as tecnologias.

Para constituir o BTS, a Fundação instituiu, em 2001, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. O Prêmio é realizado bianualmente e uma das principais ferramentas de identificação e reconhecimento de tecnologias sociais em todo o país. As inscrições do Prêmio que atendem aos critérios para certificação como Tecnologia Social, recebem o Certificado de Tecnologia Social e são disponibilizadas no Banco de Tecnologias Sociais.

A sétima edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social manteve a grande número de participantes, com 1.011 inscrições.

A ação tem por objetivo identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas, em âmbito local, regional ou nacional, e que ainda estejam em atividade, constituindo-se em efetivas soluções para questões relativas à água, alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, renda e saúde.

Durante todo o ano, diversos profissionais da Fundação, dos patrocinadores e parceiros institucionais estiveram envolvidos em divulgar o Prêmio e avaliar as tecnologias inscritas, das quais 196 foram certificadas e passaram a integrar o Banco de Tecnologias Sociais, principal instrumento utilizado pela Fundação para disseminar, promover e fomentar a reaplicação de tecnologias sociais.

Para o ano de 2013, houve uma alteração na forma de seleção e premiação dos finalistas. Nesta edição foram premiados os primeiros, segundos, e terceiros colocados. Dentre os finalistas, foram premiados quinze projetos, três para cada categoria: Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária; Juventude; Mulheres; Gestores Públicos; e Instituições de Ensino, Pesquisa e Universidades. Salienta-se que neste ano buscou-se valorizar com uma bonificação extra de 3% na pontuação obtida para projetos que propiciem a inclusão socioproductiva de seus parceiros, bem como um bônus de 2% na para os projetos que utilizassem técnicas voltadas à agroecologia, reciclagem de resíduos sólidos, uso sustentável da água ou educação para a inclusão socioproductiva, somando-se no máximo 5%.

A solenidade de premiação aconteceu em Brasília, em 19 de novembro, e contou com a participação de mais de quinhentos convidados – representantes de instituições sociais e governamentais, além dos parceiros do Prêmio, BNDES, Petrobras, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, KPMG Auditores Independentes.

Outras considerações

A Fundação Banco do Brasil, em parceria com o BB, assumiu o compromisso de auxiliar o processo de universalização da água junto ao governo federal, por meio do Programa Água para Todos, que compõe o Plano Brasil Sem Miséria. Em junho de 2013, a Fundação Banco do Brasil entregou a cisterna de placas de número 60 mil de nossa história, sendo que somente em 2013 entregamos 39.564 unidades, totalizando 70.266 desde 2012.

Realizamos também dois Seminários Nacionais do Projeto Cataforte – Logística Solidária com a participação dos catadores de materiais recicláveis de diferentes regiões do país. Outro destaque foi o Encontro Estratégico Cataforte e Economia Solidária, durante o do 2º Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária em Santa Maria (RS), realizado como parte da estratégia de fortalecimento da base organizativa e estreitamento dos Empreendimentos da Economia Solidária que atuam na cadeia de Resíduos Sólidos.

Em dezembro de 2013, a Fundação apoiou a realização da Expocatadores 2013, que reuniu catadores de todo o Brasil, América Latina e Caribe, proporcionando a troca de experiências e modelos de organização política, busca de alternativas sustentáveis de negócios e projetos de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis sul-americanos. Com um público participante estimado em 1.500/dia.

No âmbito de trabalhos diretos com o instituidor, o Projeto Voluntários BB desde 2004 proporciona oportunidade de funcionários voluntários concretizarem seus sonhos de transformação da sociedade onde vivem. O investimento neste programa alcançou, em 2013, R\$ 1,7 milhão, em benefício de 26 projetos.

Como acreditamos que sempre há possibilidade de melhorias em nossas ações, destacamos três avaliações. Em março de 2013 foi finalizada a avaliação intermediária do Projeto de Aperfeiçoamento das Ações da Estratégia de Desenvolvimento Regional/local Sustentável, objeto de convênio firmado entre a Fundação e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Em maio de 2013 cinco empreendimentos das cadeias produtivas de apicultura, mandiocultura e Resíduos Sólidos foram analisados, assim como foi concluída a avaliação do “Projeto Balde Cheio”, realizada pela empresa Datametrica Consultoria. A pesquisa teve ênfase na análise do processo de reaplicação da tecnologia social Balde Cheio nos estados de Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal.

Ressaltamos, ainda, que em 2013 ampliamos a contratação de entidades executoras por meio de editais públicos de credenciamento, fato que deu mais agilidade e transparência ao processo e tornou-se uma política pública reconhecida pelo governo federal, após a promulgação da Medida Provisória nº 619, no dia 6 de junho 2013. Esta medida alterou a Lei 8.666, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

2.1.2 Resultados Alcançados

O resultado do Acordo de Trabalho (ATB) 2013, apurado semestralmente e com meta-alvo de 400 pontos, apresentou 458,0 pontos no 1º semestre e 465,4 no 2º semestre, que foram informados ao Banco do Brasil para fins de habilitação à participação em lucros e resultados (sem ônus para a FBB).

Quanto ao alcance dos objetivos estratégicos, segue quadro sinótico dos desempenhos em cada objetivo do planejamento trienal, em 2013, seguido de análise.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	META		REALIZADO		% ATINGIDO		RÉGUA		NOTA		NOTA FINAL INDICADOR	NOTA DO OBJETIVO
		1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º	2º	1º	2º		
Promover a inclusão socioprodutiva com qualidade (SA1)	Quantidade de Avaliações Concluídas	1	2 ⁽¹⁾	1	2	1	100,0%	6	6	4,0	4,0	4,0	4,0
	Monitoramento Técnico de Projetos	80	190 ⁽¹⁾	86	200	1	105,3%	4	4	5,0	5,0	5,0	
	Eficácia na Aplicação de Recursos Próprios	100%	97% ⁽¹⁾	93%	99,4%	92,9%	102,4%	4	1	3,0	5,0	3,0	
Potencializar a integração, os investimentos sociais e a disseminação de TS (SA2)	Reaplicação de TS	30%	97% ⁽¹⁾	21%	88,8%	70,9%	91,5%	4	1	2,0	3,0	3,0	4,5
	Cadeia Produtiva de Resíduos Sólidos	não há	97% ⁽¹⁾	não há	113,1%	não há	116,6%	-	1	-	6,0	6,0	
Ampliar a sinergia com parceiros estratégicos e com políticas públicas (SA3)	Aplicação de recursos de terceiros na Região Norte	não há	9% ⁽¹⁾	não há	57,6%	não há	640,3%	-	4	-	6,0	6,0	4,5
	Parcerias Estratégicas	2	4 ⁽¹⁾	2	6	1	150,0%	6	6	4,0	6,0	6,0	
	Reaplicação de TS - Água	60.000	não há	60.083	não há	1	não há	6	-	4,0	-	4,0	
	Projetos DRS/Voluntariado	não há	97% ⁽¹⁾	não há	73,7%	não há	76,0%	-	1	-	2,0	2,0	
Assegurar a sustentação econômico-financeira da Fundação (F11)	Eficiência Operacional	23%	21% ⁽¹⁾	16%	24,3%	-30,6%	15,6%	2	2	6,0	3,0	3,0	4,5
	Eficiência de Gastos com Programas Sociais	2%	2%	1%	1,2%	-58,8%	-41,9%	2	2	6,0	6,0	6,0	
Aprimorar o relacionamento com o público participante (PP1)	Conformidade do Prazo para Realização de Pagamentos	50%	65%	59%	74,9%	117,2%	115,2%	3	3	6,0	6,0	6,0	6,0
Melhorar a produtividade (PI1)	Prazo de Liberação de Recursos	não há	90%	não há	83,4%	não há	92,6%	-	3	-	3,0	3,0	3,8
	Cumprimento de Prazo de Encerramento de Projetos	80%	80%	97%	81,3%	97,4%	81,3%	7	7	5,0	4,0	4,5	
Mitigar riscos (PI2)	Conformidade de Processos	97%	97%	99%	98,4%	101,6%	101,4%	1	1	5,0	6,0	5,5	4,9
	Cumprimento de Decisões Estratégicas e Recomendações de Auditoria	100%	100%	111%	-	110,7%	-	5	5	4,4	4,3	4,4	
Contribuir para a satisfação dos funcionários (AC1)	Exames Periódicos de Saúde	não há	95% ⁽¹⁾	não há	99,4%	não há	104,6%	-	3	-	4,0	4,0	4,0
Preparar os funcionários para os desafios do trabalho e para a ascensão profissional (AC2)	Horas de Capacitação	45%	90% ⁽¹⁾	62%	95,6%	137,2%	106,2%	3	3	6,0	5,0	5,0	5,7
	Capacitação de Lideranças	não há	80% ⁽¹⁾	não há	93,3%	não há	116,7%	-	3	-	6,0	6,0	
	Disseminação de TS do BTS	2	5 ⁽¹⁾	3	18	2	360,0%	6	6	6,0	6,0	6,0	
Média Geral											4,6	4,7	

(1) VALORES ACUMULADOS NO ANO.

(2) PAIS = PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA SUSTENTÁVEL

(3) ILPF = INTEGRAÇÃO LAVOURA, PECUÁRIA E FLORESTA

Análise dos resultados

Em dois objetivos, PP1-Aprimorar o relacionamento com o público participante e AC2-Preparar os funcionários para os desafios do trabalho e para a ascensão profissional, observou-se desempenhos iguais ou próximos do máximo, com notas 6,0 e 5,7, respectivamente.

Apenas o objetivo PI1-Melhorar a Produtividade teve desempenho inferior ao mínimo desejado, devido à baixa performance em um de seus indicadores (Prazo de Liberação de Recursos).

Assim, a avaliação é de que, a partir da tabulação realizada, os objetivos estratégicos da Fundação tiveram alcance satisfatório em 2013, em sua maioria com notas iguais ou superiores ao mínimo de 4,0, com escore final médio de 4,7.

Análise dos indicadores que tiveram desempenho abaixo do desejável

Eficácia na Aplicação de Recursos Próprios

Por meio deste indicador, é avaliado o percentual da eficácia da aplicação de recursos financeiros próprios investidos nos programas e projetos sociais. Meta de 100% do valor orçado no 1º semestre e 97% no segundo semestre.

As aplicações relativas ao investimento social com recursos próprios da Fundação atingiram, no 1º semestre de 2013, o montante de R\$ 92,7 milhões, representando 92,9% da meta orçada, que foi de R\$ 99,7 milhões, resultando em nota 3 (três).

Parte dos recursos próprios da Fundação foi investida como contrapartida em parcerias que tiveram o processo de formalização finalizado somente no segundo semestre de 2013, prejudicando o desempenho do indicador no primeiro período.

Reaplicação de Tecnologias Sociais (PAIS, Balde Cheio e ILPF)

Indicador que tem como objetivo avaliar a capacidade da instituição de reaplicar as Tecnologias Sociais PAIS, Balde Cheio e ILPF, por meio da mensuração do percentual de realização dos recursos orçados.

A realidade enfrentada pela Fundação em 2013 culminou em dificuldades na operacionalização e repasse dos recursos de terceiros previstos para o exercício.

Com isso, parte significativa dos valores dos acordos dos Fundos Social e Amazônia, firmados com o BNDES, foram diferidos para o próximo exercício, impactando diretamente a contratação de projetos de reaplicação de Tecnologias Sociais, em 2013.

Projetos DRS/Voluntariado

Indicador que mensura o percentual de realização dos recursos orçados para projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável e de Voluntariado, apoiados pela Fundação em parceria com o Banco do Brasil.

O fator que influenciou negativamente no resultado foi o grande volume de pendências identificadas na análise dos projetos apresentados, que motivou diligências e refazimento de propostas, atrasando o cronograma previsto.

Eficiência Operacional

Indicador destinado a aferir o nível de eficiência na operacionalização dos programas sociais da Fundação, considerando os dispêndios das despesas com pessoal e administrativas em relação ao investimento social total (recursos próprios e de terceiros) realizado no semestre. Quanto menor o percentual, melhor a eficiência operacional.

A meta foi estabelecida na programação orçamentária de 2013 aprovada em dezembro de 2012, onde se previa Investimento Social total de R\$ 202 milhões ante uma Despesa de Pessoal e Administrativa de R\$ 37 milhões.

Ao longo do ano houve reprogramações orçamentárias, envolvendo as rubricas relacionadas ao cálculo da eficiência operacional, sem modificação da meta.

Na última dessas reprogramações, houve refixação do orçamento do investimento social em R\$ 137 milhões e, nas despesas, em R\$ 34 milhões, impactando diretamente no alcance da meta prevista para o indicador.

Essa redução do investimento social em 2013 refere-se basicamente à contratação de 12 mil cisternas para água de produção, em parceria com o BNDES, cujos recursos e início das atividades ficaram para 2014.

Prazo de Liberação de Recursos

O indicador visa medir o percentual de projetos para os quais a 1ª liberação de recursos tenha ocorrido até 150 dias depois da data da aprovação, considerando o universo dos projetos: a) aprovados a partir de 01.08.2012; b) que tenham cumprido o intervalo de 150 dias da data da aprovação; e c) que não sejam de AABB Comunidade. A meta consiste em realizar a primeira liberação em 90% dos projetos ocorrida no prazo de 150 dias da sua aprovação. A meta para o 2º semestre de 2013 foi estabelecida em 90%. O realizado ficou em 83,4%, atingindo um total de 92,6% do previsto, conferindo nota 3 (três) neste indicador.

O indicador não obteve melhor desempenho porque a meta foi estabelecida antes da reestruturação da Fundação, não considerando a mudança de gerência responsável e nem permitindo prazo para atuação tempestiva na melhoria do processo.

2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

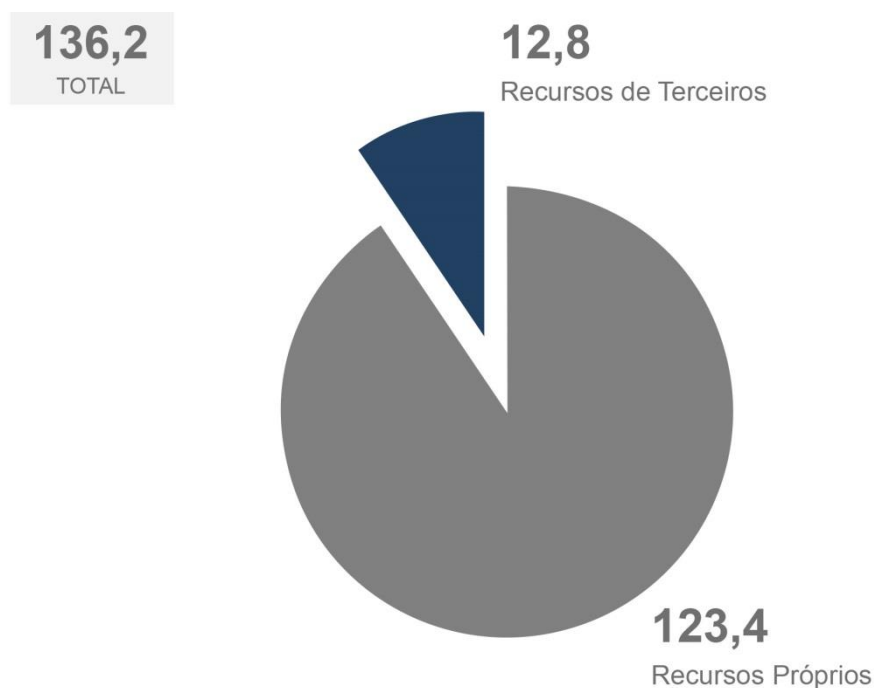
2.2.1 Execução dos Programas da Fundação

Em 2013, a FBB apoiou 485 novos projetos, que beneficiaram cerca de 200 mil participantes diretos, com alocação de R\$ 136,2 milhões, valor igual ao segundo maior investimento social em um exercício da Fundação.

Do total dos investimentos sociais realizados, 90,6% foram efetuados com recursos próprios da FBB, um total de R\$ 123,4 milhões. Os recursos de terceiros aplicados em programas e projetos sociais totalizaram R\$ 12,8 milhões e originaram-se das parcerias firmadas com o BNDES e o MTE/Senaes.

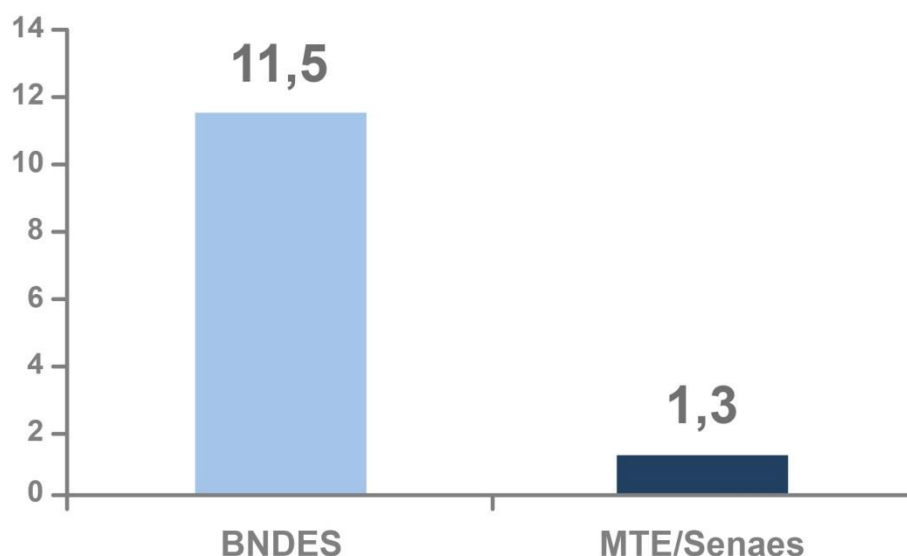
Origem dos Recursos Investidos 2013

Valores em R\$ milhões



Recursos de Terceiros

Valores em R\$ milhões



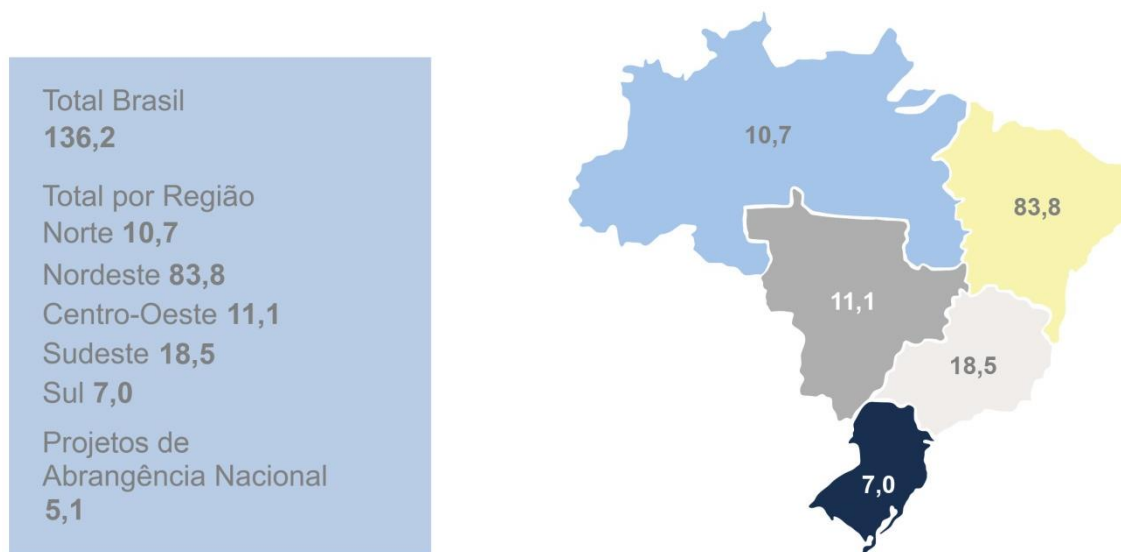
A execução dos recursos próprios foi de 99,3% dos valores previstos. Já a execução de recursos de terceiros atingiu 99,9%, garantindo a utilização de 99,4% dos montantes orçados, sem variações significativas em nenhum dos eixos de atuação.

O investimento social realizado atingiu todas as regiões do País, em projetos de abrangência local e nacional, alcançando mais de 600 municípios em todos os estados brasileiros e o Distrito Federal.

Houve uma concentração de investimento na região Nordeste, que recebeu quase 62% dos recursos. Essa concentração dá-se pela execução do Programa Água para Todos, que construiu 39.564 unidades da Tecnologia Social Cisterna de Placas em municípios de sete estados da região.

Distribuição Geográfica do Investimento Social 2013 (*)

Valores em R\$ milhões



(*) Não inclui projetos de abrangência nacional, cujos valores não são municipalizados, por envolverem ações que beneficiam os programas sociais como um todo e não determinado município/UF

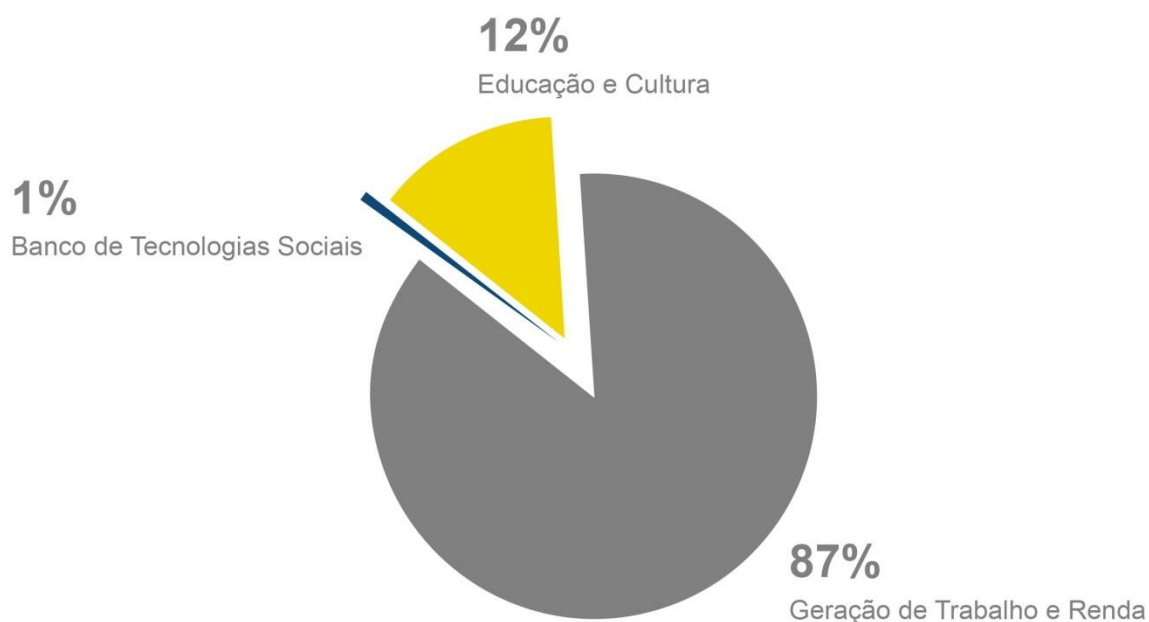
Quanto à aplicação por eixo de atuação, os investimentos sociais em Educação e Cultura somaram R\$ 16,4 milhões, sofrendo uma redução de quase 45% em relação ao exercício anterior, decorrente da descontinuidade dos programas de atuação em cultura e menor alocação no programa BB Educar.

Em 2013, o maior volume de recursos foi direcionado a ações de Geração de Trabalho e Renda, totalizando R\$ 117,9 milhões. A grande representatividade dos recursos envolvidos na reaplicação das Cisternas de Placas é o principal motivador da concentração de investimentos neste eixo.

O valor investido em ações do Banco de Tecnologias Sociais somaram R\$ 1,9 milhão, representando 1,4% do orçamento do exercício, valor maior que o exercício anterior e motivado pela realização da 7ª Edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

Investimento Social por Eixo de Atuação 2013

Percentuais de Aplicação dos Investimentos Totais



Desempenho

De acordo com a análise dos Indicadores Chave de Desempenho, a execução dos investimentos sociais da FBB em 2013 atingiu um total de 433 pontos, patamar situado na faixa “Ótimo”, pouco superior ao placar no exercício anterior de 400 pontos.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL					
Eixo de Atuação	Indicadores	Pontuação	Eficácia X Eficiência	Peso	Pontuação Ponderada
Educação e Cultura	Eficácia	389	485	12	59
	Eficiência	96			
Geração de Trabalho e Renda	Eficácia	346	426	88	374
	Eficiência	79			
Total					433



Indicadores Chave de Desempenho - Fundação Banco do Brasil

A ausência do Banco de Tecnologias Sociais é devida às características específicas e a pouca representatividade em volume de recursos.

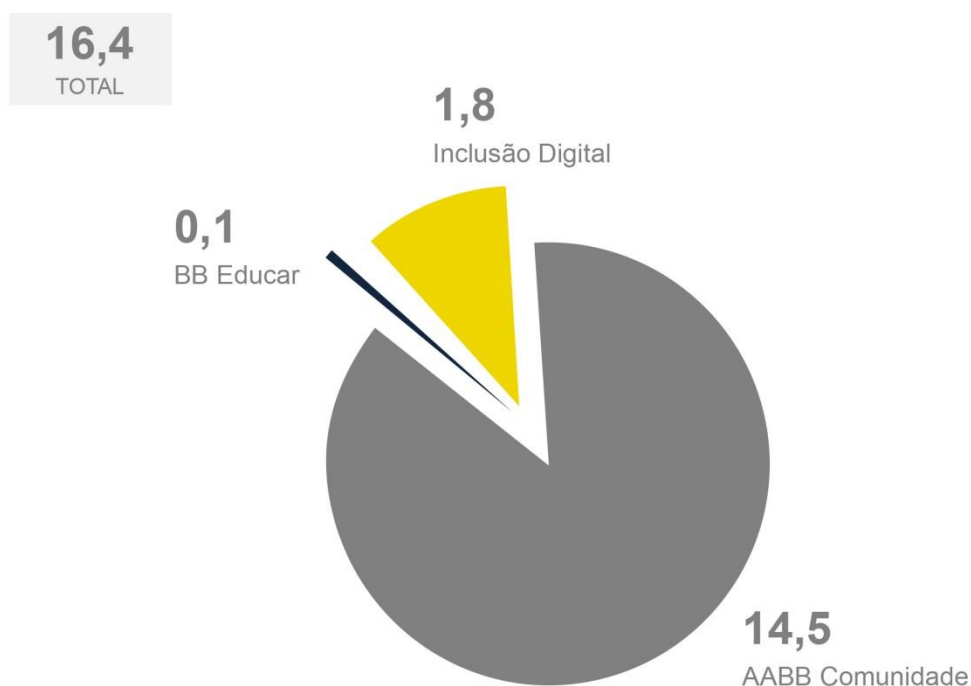
Todo o referencial metodológico dos indicadores utilizados pela Fundação para avaliar o desempenho de seus investimentos sociais está apresentado no item 12.3 .

2.2.1.1 Educação e Cultura

O investimento social da Fundação, no eixo Educação e Cultura, somou R\$ 16,4 milhões e a execução orçamentária alcançou praticamente 100% do previsto. As ações se desenvolveram em três programas estruturados: AABB Comunidade, BB Educar e Inclusão Digital.

Investimento Social em Educação e Cultura

Valores em R\$ milhões



Os programas Memória e Memória Documental, assim como os “Outros Projetos em Educação e Cultura”, não tiveram investimento social em 2013. As realizações são gastos de execução com ressarcimento de custos às agências BB referentes à condução de projetos em exercícios anteriores, com volume total residual.

2.2.1.1.1. Programa AABB Comunidade

Quadro A.2.2.1.1.1 – Programa AABB Comunidade

Identificação do Programa da Fundação	
Programa:	AABB COMUNIDADE
Objetivo Geral:	Contribuir para a inclusão, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, por meio de atividades socioeducativas, culturais, artísticas, esportivas e de saúde, integrando as famílias, a escola e a comunidade.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a permanência na escola dos participantes do Programa, com o objetivo de reduzir a evasão escolar; • Propiciar atividades culturais, artísticas, esportivas e de saúde para os participantes do Programa; • Estimular o envolvimento das famílias em ações relacionadas com o desenvolvimento integral dos participantes do Programa; • Capacitar os educadores sociais na proposta político-pedagógica utilizada pelo Programa; • Contribuir para a formulação de políticas sociais e outras ações relativas ao atendimento integral de crianças e adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente; • Envolver segmentos da comunidade com a implementação de projetos complementares, com vistas a contribuir para a formulação de políticas públicas.
Público Alvo:	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 6 a 18 anos incompletos, pertencente a famílias de baixa renda, matriculados ou que venham a matricular-se em escolas da rede pública; • Educadores sociais do Programa; • Familiares das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa.

PROGRAMA AABB COMUNIDADE								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	39.464	46.748	118,5	1	5,0	50	250
2	Monitoramento Técnico	1	1*	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 14.365.000,00	R\$ 14.348.747,38	99,9	2	5,0	20	100
4	Eficiência	4,0	4,8	120	3	4,8	20	96
Cálculo do Índice							Total	486

*Não houve monitoramento técnico devido aos atrasos nas formalizações e consequente início tardio de execução dos projetos. Foram convencionados meta e realizado de 1 (um) para não distorcer os cálculos.



Indicadores Chave de Desempenho - AABB Comunidade

Breve Análise do Resultado Alcançado

O programa apresentou um ótimo desempenho, mesmo com o processo de reformulação e implantação do novo sistema de acolhimento de projetos. As atividades previstas ocorreram dentro do programado e a meta de participantes diretos foi superada.

A meta relacionada à quantidade de participantes diretos foi superada, pois há AABBs que tem o número de participantes superior a 100 crianças e adolescentes, quantidade esta que é referência de participação nos projetos locais que compõem o programa. A alta representatividade do item influenciou sobremaneira o bom resultado do programa.

2.2.1.1.2. Programa BB Educar

Quadro A.2.2.1.1.2 – Desempenho do Programa BB Educar

Identificação do Programa da Fundação	
Programa:	BB EDUCAR
Objetivo Geral:	Contribuir para a superação do analfabetismo no País, por meio de atividades educacionais voltadas para a alfabetização e a promoção da cidadania entre jovens e adultos.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none">• Atender convênios para realização de alfabetização;• Capacitar os coordenadores e educadores sociais na metodologia didático pedagógica do programa;• Incentivar a inserção dos participantes em programas educacionais (ensino formal, educação de jovens e adultos (EJA), técnico e profissionalizante);• Articular com o poder público local ações para a concessão/atualização de documentos de identificação para os participantes alfabetizados.
Público Alvo:	Jovens e adultos não alfabetizados, a partir de 15 anos, sem limite máximo de idade.

PROGRAMA BB EDUCAR								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	50	227	454	1	5,0	50	250
2	Monitoramento Técnico	2	2	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 150.000,00	R\$ 103.187,07*	68,8	2	1,0	20	20
4	Eficiência	4,0	4,8	120	3	4,8	20	96
Cálculo do Índice							Total	406

*A maioria dos projetos formalizados foi do tipo tradicional, com menor demanda de recursos, o que possibilitou uma ampliação do número de ações e de participantes diretos.



Indicadores Chave de Desempenho - BB Educar

Breve Análise do Resultado Alcançado

O número de participantes diretos realizado superou de forma significativa o valor previsto, devido à previsão, em maioria, de ações táticas (*) para o Programa. A alta representatividade do item influenciou sobremaneira o bom resultado do programa.

(*) Ação tática: natureza de projeto que não prevê participantes diretos.

2.2.1.1.3. Programa Inclusão Digital

Quadro A.2.2.1.1.3 – Desempenho do Programa Inclusão Digital

Identificação do Programa da Fundação	
Programa:	INCLUSÃO DIGITAL
Objetivo Geral:	Contribuir para a inclusão digital e socioprodutiva de comunidades participantes, por meio do acesso às tecnologias da informação e de comunicação, promovendo a articulação em rede nos territórios, observando-se os direcionadores da Tecnologia Social (Protagonismo Social, Solidariedade Econômica, Respeito Cultural e Cuidado Ambiental).
Objetivos Específicos:	a) Promover a formação de redes sociais, com o uso de software livre, para construção de espaços de articulação e mobilização social; b) Propiciar a construção de conhecimentos ao mundo do trabalho e à economia da cultura, focalizando a inclusão socioprodutiva; c) Estimular as dimensões da Tecnologia Social na gestão das Estações Digitais.
Público Alvo:	<ul style="list-style-type: none"> • População urbana e rural sem acesso às tecnologias de informação e comunicação; • Grupos sociais participantes em outros programas e tecnologias sociais desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil.

PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	553	3.740	676,3	1	5,0	50	250
2	Monitoramento Técnico	10	10	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 1.611.000,00	R\$ 1.610.420,28	100	2	5,0	20	100
4	Eficiência	4,0	4,8	120	3	4,8	20	96
Cálculo do Índice							Total	486



Breve Análise do Resultado Alcançado

O número de participantes diretos realizado superou de forma significativa o valor previsto, devido à previsão, em maioria, de ações táticas (*) para o programa. A alta representatividade dos itens influenciou sobremaneira o bom resultado do programa.

(*) Ação tática: natureza de projeto que não prevê participantes diretos.

2.2.1.1.4. Análise Crítica Projetos de Educação e Cultura

Dentre os programas do eixo de Educação e Cultura, o maior volume de recursos foi destinado aos projetos do Programa AABB Comunidade, representando 88% das realizações. Em 2013, o Programa passou por um processo de reformulação estratégica, sendo implementado um sistema próprio para contratação e gestão. Foram contratados 339 projetos, atingindo um público participante de 46.748 crianças e adolescentes.

No âmbito do apoio à inclusão digital, deu-se continuidade às parcerias relacionadas às estações de articulação regional, que atuam como elementos catalisadores locais dos pontos digitais

nos territórios. Houve, também, o aprimoramento das estações de metarreciclagem, que se constituem em espaços de capacitação técnica e formação cidadã da juventude, sobretudo na temática do recondicionamento de computadores e dos resíduos eletroeletrônicos.

Os programas Memória e Memória Documental, assim como os “Outros Projetos em Educação e Cultura”, não tiveram investimento social em 2013. As realizações são gastos de execução com ressarcimento de custos às agências BB referentes à condução de projetos em exercícios anteriores.

A realização dos investimentos sociais no eixo Educação e Cultura, de acordo com a análise dos Indicadores chaves de Desempenho, atingiu um total de 485 pontos, considerado “Ótimo”.

EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA					
Programas	Indicadores	Pontuação	EficáciaX Eficiência	Peso	Pontuação Ponderada
AABB Comunidade	Eficácia	390	486	89	433
	Eficiência	96			
BB Educar	Eficácia	310	406	1	4
	Eficiência	96			
Inclusão Digital	Eficácia	390	486	10	49
	Eficiência	96			
Total					485

*Valores expressos com arredondamento.



2.2.1.2 Geração de Trabalho e Renda

Os investimentos sociais em ações de Geração de Trabalho e Renda realizados pela Fundação em 2013 mantiveram o alinhamento aos objetivos estratégicos, priorizando o apoio às populações socialmente excluídas e territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. O investimento social totalizou R\$ 117,9 milhões. Destes, R\$ 12,8 milhões referem-se a recursos de terceiros.

Investimento Social em Geração de Trabalho e Renda

Valores em R\$ milhões

117,9
TOTAL



A Fundação atuou em 2013, no eixo de Geração de Trabalho e Renda, em cinco frente:

- Cadeias Produtivas;
- Desenvolvimento Regional / Local Sustentável;
- Projetos Temáticos;
- Outros Projetos - Geração de Trabalho e Renda;
- Reaplicação de Tecnologias Sociais.

Quadro A.2.2.1.2 – Dados Gerais do Eixo de Geração de Trabalho e Renda

Identificação do Eixo	
Eixo	Geração de Trabalho e Renda
Objetivo Geral	Articular, gerir e apoiar ações de caráter estruturante, de iniciativa própria ou de parceiros, com recursos próprios ou oriundos de convênios, voltados para a conquista de condições dignas de vida, diminuição das desigualdades sociais e erradicação da pobreza, com ênfase para as ações relacionadas à geração de trabalho e renda e promoção da economia solidária no País.
Objetivos Específicos	Os objetivos específicos estão elencados nos QUADROS de cada programa.
Público Alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores com atividade econômica relacionada ao aproveitamento de resíduos sólidos recicláveis e populações habitantes de lixões; • Agricultores familiares e microempreendedores vinculados à atividade rural e/ou agroindustrial em condições desfavoráveis em qualquer etapa da cadeia produtiva; • Agricultores familiares e extrativistas envolvidos em experiências sustentáveis de agroecologia ou sistemas agroflorestais; • Trabalhadores urbanos desempregados, organizados ou em processo de organização em entidades baseadas na economia solidária; • Trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento vinculados a programas oficiais de reforma agrária; • Populações habitantes de reservas extrativistas ou com atividade econômica relacionada ao extrativismo (seringueiros, castanheiros, artesãos, etc.); • Segmentos socialmente discriminados no mercado de trabalho (jovens em processo de inserção, portadores de deficiência, etc.); • Populações tradicionais (habitantes de antigos quilombos, índios, ribeirinhos etc.); • Segmentos oriundos de programas sociais governamentais de caráter compensatório;

	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições do Terceiro Setor, Governos Federal, Estaduais e Municipais; • Artesãos.
--	--

2.2.1.2.1. Cadeias Produtivas

Quadro A.2.2.1.2.1 – Desempenho dos Projetos em Cadeias Produtivas

Identificação	
Grupamento	CADEIAS PRODUTIVAS
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Resíduos Sólidos: Fortalecer iniciativas solidárias desenvolvidas por organizações de catadores, visando maior agregação de valor aos produtos extraídos da coleta e disseminando a cultura da responsabilidade ambiental. • Cajucultura: Melhorar a qualidade das castanhas de caju através da tecnologia desenvolvida pela Embrapa Agroindústria Tropical, e premiada na primeira edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais, permitindo aos agricultores produtores aumentar a oferta de produtos ao mercado. • Mandiocultura: Fortalecer os agricultores familiares envolvidos na atividade da mandiocultura, através de uma inserção mais efetiva na cadeia de produção, promovendo elevação de seu padrão de renda e melhoria das condições de vida. • Apicultura: Fortalecer os agricultores familiares envolvidos na atividade apícola, por meio de uma inserção mais efetiva na cadeia de produção, promovendo elevação do padrão de renda e melhoria das condições de vida. • Artesanato: Fortalecer os trabalhadores com atividades econômicas vinculadas ao artesanato investindo em capacitação, qualificação profissional, comercialização e organização social com elevação do padrão de renda e melhoria das condições de vida. • Aquicultura e Pesca: Fortalecer os agricultores familiares, em experiências de economia solidária, voltadas para o beneficiamento, acondicionamento e transporte de peixes produzidos em cativeiro.

PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA, GRUPAMENTO CADEIAS PRODUTIVAS								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	9.926	5.888*	59,3	1	1,0	50	50
2	Monitoramento Técnico	29	29	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 8.428.305,00	R\$ 7.936.285,20	94,2	2	4,0	20	80
4	Eficiência	4,0	1,6	40	3	1,6	20	32
Cálculo do Índice							Total	202

*As ações desenvolvidas não alcançaram os valores históricos de participantes diretos dos anos anteriores.



Indicadores Chave de Desempenho - Cadeias Produtivas

Breve Análise do Resultado Alcançado

As ações desenvolvidas não alcançaram os valores históricos de participantes diretos dos anos anteriores, uma vez que os quantitativos previstos de participantes são calculados de forma automatizada com base nos volumes observados nos últimos 3 exercícios. A realização orçamentaria a menor deve-se principalmente a economia em item relacionado a eventos de promoção na cadeia de resíduos sólidos e pendência documental de proponentes impedindo contratação nas cadeias de cajucultura e resíduos sólidos sem tempo hábil para articulação de novos parceiros.

Esse contexto e a grande representatividade dos itens não possibilitaram o alcance de resultado mais positivo.

2.2.1.2.2. Desenvolvimento Regional/Local Sustentável (DRLS)**Quadro A.2.2.1.2.2 – Desempenho dos Projetos em Desenvolvimento Regional/Local Sustentável (DRLS)**

Identificação	
Grupamento	DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL SUSTENTÁVEL - DRLS
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Vale do Urucuia: Promover o incremento da produção apícola, da fruticultura do cerrado, da mandiocultura, do artesanato e do turismo, disseminando a cultura da responsabilidade ambiental e viabilizando o desenvolvimento sustentável das comunidades da região do Vale do Rio Urucuia e Parque Grande Sertão. • DRS: Fortalecer iniciativas de desenvolvimento regional/local empreendidas com base em metodologia validada pelo Banco do Brasil, em sua estratégia DRS. • São Bartolomeu: Desenvolver projetos e reaplicar tecnologias sociais que visem à recuperação e/ou conservação ambiental e o desenvolvimento da região da bacia do rio São Bartolomeu, em bases sustentáveis que levem a geração de trabalho e renda. • Novos Territórios: Apoiar ações orientadas pelo conceito de desenvolvimento territorial integrado e sustentável.

PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA, GRUPAMENTO DESENVOLVIMENTO REGIONAL / LOCAL SUSTENTÁVEL - DRLS								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	7.588	4.744*	62,5	1	1,0	50	50
2	Monitoramento Técnico	31	31	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 7.546.581,00	R\$ 7.432.060,81	98,5	2	5,0	20	100
4	Eficiência	4,0	1,6	40	3	1,6	20	32
Cálculo do Índice							Total	222

*As ações desenvolvidas não alcançaram os valores históricos de participantes diretos dos anos anteriores.



Indicadores Chave de Desempenho - Desenvolvimento Regional Local Sustentável

Breve Análise do Resultado Alcançado

As ações desenvolvidas não alcançaram os valores históricos de participantes diretos dos anos anteriores, uma vez que os quantitativos previstos de participantes são calculados de forma automatizada com base nos volumes observados nos últimos 3 exercícios. A pequena diferença a menor na realização de investimento social deve-se

principalmente a alguns projetos do DRS não estarem com documentação completa para a contratação. Esse contexto e a grande representatividade desses itens não possibilitaram o alcance de resultado mais positivo.

2.2.1.2.3. Projetos Temáticos

Quadro A.2.2.1.2.3 – Desempenho dos Projetos em Temáticos

Identificação	
Grupamento	Projetos Temáticos
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de Biomas: Fortalecer iniciativas de agricultores familiares envolvidos em experiências voltadas para a construção de modelos sustentáveis de agricultura com padrões ecológicos, econômicos, sociais e com sustentabilidade em longo prazo. • Agricultura Familiar: Fortalecer iniciativas protagonizadas por agricultores familiares, orientadas para a economia popular e solidária, proporcionando o acesso à tecnologia e à pesquisa. • Voluntariado: Fortalecer iniciativas baseadas na ação voluntária, capazes de promover o fortalecimento do potencial econômico, da melhoria da condição alimentar e do espírito associativo de comunidades pobres. • Desenvolvimento da Economia Solidária: Fortalecer atividades dos empreendedores solidários na produção, industrialização e comercialização de produtos. • Agroextrativismo: Apoiar às cadeias produtivas da Sociobiodiversidade do Bioma Amazônico visando à exploração sustentável.

PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA, GRUPAMENTO PROJETOS TEMÁTICOS								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	8.029	5.829*	72,6	1	2,0	50	100
2	Monitoramento Técnico	28	28	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 11.711.698,00	R\$ 11.650.619,82	99,5	2	5,0	20	100
4	Eficiência	4,0	1,6	40	3	1,6	20	32
Cálculo do Índice							Total	272

*As ações desenvolvidas não alcançaram os valores históricos de participantes diretos dos anos anteriores.



Breve Análise do Resultado Alcançado

As ações desenvolvidas não alcançaram os valores históricos de participantes diretos dos anos anteriores, uma vez que os valores previstos de participantes diretos são calculados de forma automatizada com base nos valores dos últimos 3 exercícios. Esse contexto e a grande representatividade do item não possibilitaram o alcance de resultado mais positivo.

2.2.1.2.4. Outros Projetos em Trabalho e Renda

Quadro A.2.2.1.2.4 – Desempenho dos Projetos em Outros Projetos em Geração de Trabalho e Renda

Identificação	
Grupamento	Outros Projetos em Geração de Trabalho e Renda
Objetivos Específicos	Investir na estruturação de empreendimentos solidários, no assessoramento e sistematização de experiências de geração de trabalho e renda, na colocação e recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho e nas atividades consideradas prioritárias pela Fundação.

PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA, GRUPAMENTO OUTROS PROJETOS								
Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	2	1.090	54.500	1	5,0	50	250
2	Monitoramento Técnico	3	3	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 1.668.149,00	R\$ 1.677.974,40	100,6	2	4,0	20	80
4	Eficiência	4,0	0,8	20	3	0,8	20	16
Cálculo do Índice							Total	386



Indicadores Chave de Desempenho - Outros Projetos em Geração de Trabalho e Renda

Breve Análise do Resultado Alcançado
O número de participantes diretos realizado superou de forma significativa o valor previsto, devido à previsão exclusiva de ações táticas (*) para o grupamento. A alta representatividade do item influenciou sobremaneira o bom resultado do grupamento. (*) Ação tática: natureza de projeto que não prevê participantes diretos.

2.2.1.2.5. Replicação de Tecnologias Sociais

Quadro A.2.2.1.2.5 – Desempenho dos Projetos em Replicação de Tecnologias Sociais

Identificação do Programa	
Programa	Reaplicação de Tecnologias Sociais
Objetivo Geral	Contribuir com o desenvolvimento social do País através de articulação, estímulo e apoio direto ou em parcerias para a reaplicação de tecnologias sociais efetivas na solução de problemas sociais.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> Investimento social na reaplicação de tecnologias sociais priorizadas no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Viabilizar a implantação de projetos voltados à reaplicação de tecnologias sociais, com foco na segurança alimentar e na geração de trabalho e renda, e melhoria das condições de saneamento básico, em parceria com o BNDES.
Público Alvo	<ul style="list-style-type: none"> Agricultores familiares e microempreendedores vinculados à atividade rural e (ou) agroindustrial em condições desfavoráveis em qualquer etapa da cadeia produtiva; Agricultores familiares e extrativistas envolvidos em experiências sustentáveis de

agroecologia ou sistemas agrofloretais;

- Trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamentos vinculados a programas oficiais de reforma agrária;
- Populações habitantes de reservas extrativistas ou com atividade econômica relacionada ao extrativismo (seringueiros, castanheiros, artesãos etc.);
- Segmentos socialmente discriminados no mercado de trabalho (jovens em processo de inserção, portadores de deficiência, ex-presidiários etc.);
- Populações tradicionais (habitantes de antigos quilombos, índios, ribeirinhos etc.);
- Segmentos oriundos de programas sociais governamentais de caráter compensatório;
- Instituições do Terceiro Setor, Governos Federal, Estaduais e Municipais.

PROGRAMA REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Ordem	Indicador	Previsto	Observado	%	Régua	Nota	Peso	Pontuação
1	Participantes Diretos	26.156	131.489*	502,7	1	5,0	50	250
2	Monitoramento Técnico	96	96	100	1	4,0	10	40
3	Investimento Social Direto	R\$ 87.984.405,00	R\$ 88.129.598,26	100,2	2	5,0	20	100
4	Eficiência	4,0	4,8	120	3	4,8	20	96
Cálculo do Índice							Total	486

*O número de participantes diretos realizado foi impulsionado pela concentração de investimento no Programa Água para Todos.



Indicadores Chave de Desempenho - Reaplicação de Tecnologias Sociais

Breve Análise do Resultado Alcançado

O resultado apresentado foi atendido de forma satisfatória, havendo, inclusive, realização superior ao planejado para os participantes diretos do grupamento. O número de participantes diretos realizado foi impulsionado pela concentração de investimento no Programa Água para Todos.

A superação dos valores previstos de participantes diretos com pequena extrapolação no valor previsto de investimento social e os pesos atribuídos a estes itens, impulsionaram o bom resultado apresentado.

2.2.1.2.6. Análise Crítica Projetos de Geração de Trabalho e Renda

Do total de recursos alocados para o Programa foram direcionados à Reaplicação de Tecnologias Sociais o maior volume de investimentos do eixo de atuação, com R\$ 88,2 milhões. O Programa Água para Todos, com a reaplicação da Tecnologia Social Cisterna de Placas, recebeu investimento de R\$ 74 milhões. Foram reaplicadas também outras tecnologias, como a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), o Balde Cheio e a Fossa Séptica Biodigestora (FSB).

As ações ligadas às cadeias produtivas da Cajucultura, Mandiocultura, Apicultura e, em especial, a de Resíduos Sólidos, tiveram continuidade em 2013, recebendo investimentos de R\$ 8,2 milhões de recursos da Fundação, BNDES, MTE/Senaes e Petrobras.

Em parceria com Unidade Desenvolvimento Sustentável do BB foram apoiados 45 projetos em todo o País: 19 da estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil, relacionados à estruturação de arranjos produtivos e desenvolvimento da economia solidária, e 26 relacionados ao Programa Voluntários BB.

Em 2013, a Fundação passou por uma reformulação em sua estrutura organizacional e, por consequência, algumas mudanças operacionais. Dentre essas novas diretrizes, houve a orientação em descontinuar as visitas de monitoramento técnico, com base em um piloto de monitoramento a distancia. Com isso, não foi definida a amostra de projetos para monitoramento técnico no ano, afetando esse indicador. A solução adotada foi igualar o número previsto de monitoramentos ao número realizado, com o objetivo de viabilizar o cálculo dos indicadores na metodologia utilizada pela FBB.

De acordo com a análise dos resultados dos Indicadores Chave de Desempenho, os investimentos no eixo Geração de Trabalho e Renda apresentaram um total de 426 pontos, situado na faixa “Ótimo”.

EIXO: GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA					
Programas / Grupamentos	Indicadores	Pontuação	Eficácia X Eficiência	Peso*	Pontuação Ponderada
Reaplicação de Tecnologias Sociais	Eficácia	390	486	75	364
	Eficiência	96			
Cadeias Produtivas	Eficácia	170	202	7	15
	Eficiência	32			
Desenvolvimento Regional Local Sustentável	Eficácia	190	222	6	14
	Eficiência	32			
Projetos Temáticos	Eficácia	240	272	10	27
	Eficiência	32			
Outros Projetos - Geração de Trabalho e Renda	Eficácia	370	386	1	5
	Eficiência	16			
Total					426

*Valores expressos com arredondamento.



2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Sem informações a citar neste item uma vez que todos os resultados da gestão estão contemplados em itens precedentes.

3. Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão

3.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Fundação pode ser visualizada no modelo constante do anexo 1 e é composta pelos seguintes órgãos:

- **Conselho Curador:** Órgão superior de deliberação e orientação. É composto de 11 membros, sendo 3 natos (Presidente do Banco do Brasil, Presidente da Fundação Banco do Brasil, representante dos acionistas minoritários do Banco do Brasil), 8 temporários (4 personalidades ligadas a entidades públicas e 4 personalidades ligadas a entidades privadas).
- **Diretoria Executiva:** Órgão responsável pela administração. É composta pelo Presidente e dois Diretores Executivos, responsáveis pelas Diretorias Executivas de Desenvolvimento Social – DIDES e de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística – DIGES.
- **Conselho Fiscal:** Órgão responsável pela fiscalização. Composto por 3 membros, sendo 1 representante da área de controles internos ou de contabilidade do Banco do Brasil, 1 representante do Ministério da Fazenda e 1 representante dos acionistas minoritários do Banco do Brasil.

Para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e operacionais, a Diretoria Executiva dispõe dos seguintes comitês internos:

- **Comitê Estratégico:** composto pelo presidente e pelos diretores executivos, ou seus respectivos substitutos, responde pela coordenação administrativa e operacional da Fundação, decidindo sobre assuntos relacionados com a estratégia, orçamento, programas e projetos e atividades administrativas, observadas as competências do Conselho Curador.
- **Comitê de Desenvolvimento Social:** composto pelo diretor executivo de Desenvolvimento Social e gestores diretamente a ele vinculados, ou seus respectivos substitutos, responde pelo desenvolvimento, administração e condução dos processos operacionais relacionados aos programas e projetos e pela elaboração e/ou implementação dos planos estratégicos, orçamentário e tático-operacional.
- **Comitê de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística:** composto pelo diretor executivo de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística e gestores diretamente a ele vinculados, ou seus respectivos substitutos, responde pelo desenvolvimento e condução dos processos relativos à administração dos recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos e administrativos e da elaboração das diretrizes e/ou implementação dos planos estratégicos, orçamentário e tático-operacional.
- **Comitê de Gestores:** composto pelo presidente, os diretores executivos e os gestores diretamente a eles vinculados, responde pelo encaminhamento e coordenação das decisões emanadas dos demais Comitês, cuidando também da gestão conjunta das demandas de serviços operacionais e administrativos específicos.

A gestão, o desempenho e a qualidade dos controles internos da Fundação são, periodicamente, avaliadas pela Auditoria Interna (Audit), do Banco Brasil S.A., seu instituidor.

As demonstrações financeiras e contábeis da Organização são submetidas, em cada exercício, à inspeção e exame de auditoria independente, conforme preceitua o art. 24 do Estatuto da Fundação.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação Do Sistema De Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					

1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica: Informações acerca do Funcionamento da Estrutura de Controles Internos da Fundação consta abaixo deste quadro					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise da efetividade dos Controles Internos

Na revisão de processos operacionais da Fundação, advinda de reestruturação organizacional implementada em abril/2013, os procedimentos de Controles Internos e Conformidade ficaram a cargo da Gerac. As sub-funções relativas aos controles internos são:

- Gerir as atividades de controles internos e conformidade, estruturando, modelando e validando a matriz de exposição a riscos e os pontos de controle dos processos organizacionais da Fundação;
- Coordenar o processo de prestação de contas da Fundação, estruturando e modelando sua forma de apresentação em cumprimento aos normativos dos órgãos de controle e fiscalização externos; e
- Gerir o relacionamento com órgãos de controle e fiscalização, de forma a garantir o pleno atendimento de solicitações, orientações, diligências, recomendações etc..

O modelo atualmente utilizado pela Fundação como referência para o desenvolvimento das ações de Controles Internos e Conformidade está baseado nos cinco elementos da metodologia do COSO (*The Comitê of Sponsoring Organizations* ou Comitê das Organizações Patrocinadoras), a saber:

- Ambiente de Controle;
- Avaliação de Riscos;
- Atividades de controle;
- Comunicação e Informação; e
- Monitoramento.

Referido modelo é perfeitamente adaptável às entidades do Terceiro Setor, fazendo-se necessário apenas retirar o viés financeiro pouco presente nas nossas ações.

O Plano Anual de Conformidade (PAC) é sistematizado com base no COSO e tem orientado as principais ações de conformidade da Fundação, a saber:

O teste de verificação de conformidade nos processos, principal ferramenta utilizada para os controles internos da Fundação, prioriza os seguintes processos:

- Processo Licitatório:
 - a) Todos os processos licitatórios são avaliados antes da homologação/adjudicação/ratificação pela autoridade competente;
 - b) A execução de 20% dos contratos formalizados com base na Lei de Licitações em um semestre é avaliada no semestre seguinte.
- Formalização de projetos sociais com recursos próprios e de terceiros: a cada ano são analisados 100 (cem) dossiês de projetos com o objetivo de avaliar o nível de conformidade.

A implementação de novas ações será planejada de forma incremental e terá novas fontes de coletas de dados além das já utilizadas, a exemplo de pesquisas primárias diretamente nos documentos e secundárias, por intermédio de informações obtidas no sistema informatizado utilizado na Fundação.

Relativamente aos itens 12 a 15 do Quadro A.3.2, a Fundação está em tratativas com a área técnica do Banco do Brasil especializada nos assuntos ali contidos, com vistas ao seu aprimoramento em seu âmbito.

O Comitê Estratégico da Fundação é informado, semestralmente, de todas as atividades realizadas no período e as ocorrências de não conformidade encontradas. Por sua vez, aquele Colegiado demanda às gerências responsáveis que adotem providências para saneamento das falhas apontadas. Todo esse fluxo tem contribuído grandemente para a melhoria dos níveis de conformidade. No segundo semestre de 2013 o percentual de conformidade foi de 98,37%.

3.2.2. Plano Anual de Conformidade – PAC 2013

Documento completo segue no Anexo 4.

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Item não aplicável a Fundação, conforme Quadro A1 – Item c) Autarquias e Fundações do Poder Executivo, da DN 127.

3.4. Sistema de Correição

A Fundação não possui sistema de Correição em sua estrutura, haja vista sua natureza jurídica.

3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Fundação não possui sistema de Correição em sua estrutura, haja vista sua natureza jurídica.

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A Fundação não tem estabelecidos indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança adotado, bem como para avaliar a efetividade dos controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos. Dessa forma, apresentamos análise de forma descritiva, conforme facultado na Portaria TCU 175.

Modelo de Governança

O modelo de governança utilizado na Fundação Banco do Brasil, cuja estrutura acha-se descrita no item 3.1, além de atender adequadamente preceitos de ordem normativo-legal, incorpora as melhoras práticas aplicáveis a fundações e outras entidades do Terceiro Setor.

Além dos órgãos formais previstos no Art. 5º do Estatuto – Conselho Curador, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal -, que vêm exercendo plenamente suas competências, a adoção de comitês internos para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais, de forma prioritária, qualifica as decisões tomadas de forma colegiada, ante decisões monocráticas.

No que tange à transparência, como resultante dessa estrutura de governança, anualmente a Fundação elabora diferentes documentos de prestação de contas, ajustados aos respectivos destinatários:

- a) **Relatório de Gestão:** em cumprimento a determinação legal e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), até 31 de março de cada ano;
- b) **Relatório de Atividades:** apresentado, em cumprimento a dispositivo estatutário, aos Conselhos Curador e Fiscal, por ocasião de suas reuniões ordinárias de março de cada ano, contemplando inclusive os indicadores de desempenho dos programas e projetos sociais; e
- c) **Relatório Social:** para distribuição aos públicos de relacionamento e à sociedade como um todo, através de sua disponibilização no portal da Fundação na internet.

Efetividade dos Controles Internos

Conforme disposto na Portaria TCU 175, a Fundação optou por apresentar a análise da efetividade dos controles internos no subitem 3.2, de forma complementar ao Quadro A.3.2.

4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1. Execução das Despesas

A Fundação Banco do Brasil não integra o orçamento da União. Assim, a forma de elaboração de sua peça orçamentária e de seu sumário de execução orçamentária não se enquadra nos padrões utilizados no setor público.

Encaminhamos no Anexo 5 as peças de programação orçamentária e o sumário de execução do orçamento de 2013, contendo comentários acerca dos resultados observados.

4.2. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no período.

4.3. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica à natureza jurídica da Fundação, que possui autonomia administrativa e financeira e não integra o SIAFI.

4.4. Transferências de Recursos

A atividade finalística da Fundação Banco do Brasil é realizar Investimentos Sociais, por meio do apoio a projetos sociais, onde se configura a transferência de recurso, regulada por convênios de cooperação financeira - firmados com pessoas jurídicas beneficiárias e executoras dos projetos – ou por contratos, nos casos de projetos executados pela própria Fundação.

A Fundação adota modelo próprio de liberação de recursos aos projetos sociais por ela apoiados. Os recursos são liberados mediante a apresentação de documentos fiscais que comprovem a utilização prévia de valores nos projetos sociais e creditados diretamente aos fornecedores ou prestadores de serviços, com trânsito por conta bancária específica de cada projeto, titulada pela entidade beneficiária-executora, exceto nos casos de projetos executados pela própria Fundação.

Conforme normatizado internamente, alguns projetos podem ter liberação de recursos sob a forma de adiantamento, com os desembolsos aos fornecedores sendo realizados pelas entidades beneficiárias-executoras, que devem prestar contas à Fundação.

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

A Fundação utiliza sistema de gestão do tipo ERP (Enterprise Resource Planning), onde gerencia sua execução orçamentária, incluindo os projetos sociais por ela apoiados. Parte dos projetos se vinculam a convênios de cooperação financeira onde a Fundação é o concedente de recursos e uma outra pessoa jurídica é a beneficiária e executora dos projetos. Outra parte dos projetos tem a execução a cargo da própria Fundação, que neste caso é adquirente de bens e/ou tomadora de serviços junto a um ou mais fornecedores, pessoas jurídicas ou físicas.

O quadro A.4.4.1, contendo as informações relativas aos projetos, encontra-se no Anexo 6.a/b.

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 - Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela Fundação nos Três Últimos Exercícios

MODALIDADE	QUANTIDADE INSTRUMENTOS CELEBRADOS EM CADA EXERCÍCIO			MONTANTES REPASSADOS EM CADA EXERCÍCIO, INDEPENDENTEMENTE DO ANO DE CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO (EM R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio/Contrato	493	764	797	R\$ 174.356.123,04	R\$ 184.245.073,67	R\$ 89.433.711,61

Fonte: ERP Sapiens

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Conforme descrito no item 4.4.1, os projetos sociais apoiados pela Fundação são vinculados a convênios ou contratos de prestação de serviços (e não de repasse). Em ambas as formas as

liberações de recursos ocorrem à medida em que são realizadas as aquisições de bens e serviços, inexistindo a figura da prestação de contas.

No caso dos projetos regulados por convênio, as beneficiárias/executoras apresentam relatórios parciais e finais. Dentre os projetos listados no anexo 6.a, em 31.12.2013 havia 14 projetos com pendência de apresentação de relatório parcial ou final, identificados abaixo:

11805	12009	12041	12043	12135	12177	12190	12228	12257	12316	12331	12420	12421	12546
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Ainda em relação aos projetos operacionalizados por meio de convênio, em alguns casos previstos em normas internas ocorre a liberação de recurso à beneficiária na forma de adiantamento, que se sujeita a prestação de contas. Dentre os projetos listados no anexo 6.a, em 31.12.2013 havia 10 projetos com pendência de prestação de contas de adiantamento, identificados abaixo:

9100	11604	12151	12155	12247	12269	12474	12537	12952	13832
------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Devido às características operacionais dos investimentos sociais da Fundação, optamos por apresentar as informações em formato que favoreça a apreciação do item, em substituição ao Quadro A.4.4.3, previsto na Portaria TCU 175.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Em relação aos relatórios parciais e finais de execução de projetos, em 31.12.2013 havia 14 projetos com pendência, representando 1,3% do total de projetos na modalidade convênio, listados no anexo 6.a. Além do percentual de baixa representatividade, não envolve pendência financeira e não compromete a execução dos projetos.

No caso de projetos com prestação de contas de adiantamento, as 10 pendências existentes em 31.12.2013 representavam 10,5% do total de projetos com recursos adiantados. A situação de pendência foi configurada por extrapolação do prazo concedido, com regularização na sequência, assim que apresentadas as comprovações requeridas.

Devido às características operacionais dos investimentos sociais da Fundação, as informações estão sendo prestadas em formatação que favoreça a apreciação do item, em substituição ao Quadro A.4.4.4, previsto na Portaria TCU 175.

4.4.5 Análise Crítica sobre as Transferências

Conforme descrito no item 4.4, a atividade finalística da Fundação Banco do Brasil é realizar Investimentos Sociais, por meio do apoio a projetos sociais, onde se configura a transferência de recurso, regulada por convênios de cooperação financeira - firmados com pessoas jurídicas beneficiárias e executoras dos projetos – ou por contratos de prestação de serviços, nos casos de projetos executados pela própria Fundação.

Assim, a análise está sendo apresentada com adaptação das informações requeridas neste item a essa especificidade operacional da Fundação.

a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente

As entidades executoras de projetos que possuem previsão de adiantamento e que porventura não realizarem a prestação de contas dentro dos prazos acordados no documento de formalização, são alertadas por mensagem eletrônica gerada automaticamente pelo sistema corporativo ERP Sapiens, que também bloqueia novas liberações. Caso não seja regularizada a

situação no prazo previsto, a Fundação notifica as entidades inadimplentes e toma as medidas judiciais cabíveis.

Estas entidades em situação de inadimplência também ficam inabilitadas para formalização de novos convênios ou contratos com a Fundação.

c) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios

Os últimos dois exercícios (2012 e 2013) apresentaram elevação significativa no volume de recursos transferidos, conforme apresentado no quadro A.4.4.2. Esse incremento se deve:

- Ao grande número de instrumentos celebrados em 2011 e 2012 (também apresentados no quadro A.4.4.2), destacando que, historicamente, os projetos da Fundação não têm sua implementação e conseqüente transferência de recursos iniciada logo após a formalização, mas sim após um lapso temporal, inerente às características de cada projeto. Assim, parte significativa do efeito financeiro dos projetos contratados num ano se dá nos exercícios subsequentes;
- Desde 2012, em parceria com o Governo Federal, a Fundação vem atuando no Programa Água para Todos, com meta de construção de 80 mil cisternas. Até o final de 2013, a Fundação entregou 70.266 cisternas com investimento social na ordem de R\$ 158 milhões, concorrendo para a oscilação no volume de transferência de recursos nos exercícios de 2012 e 2013.

d) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

A análise apresentada no item 4.4.4, com as devidas limitações inerentes às características próprias da FBB e exclusivamente em relação ao exercício de 2013, face indisponibilidade de dados alusivos a exercícios anteriores.

e) Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Em nossa avaliação, os procedimentos adotados nas análises das prestações de contas de recursos adiantados a projetos sociais têm-se mostrado eficazes, sendo cumpridos com adequação e suficiência de recursos humanos e materiais necessários.

Do ponto de vista da eficiência não é possível reputá-la em alto grau, vez que o processo requer alocação de funcionários conhecedores de questões fisco-tributárias e trabalhistas inerentes às prestações de contas.

f) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

A estrutura da Fundação possui uma gerência exclusiva para gestão dos procedimentos de liberação de recursos, a Gerap, com funções descritas no item 1.3.

As transferências de recursos são realizadas à medida em que são apresentados documentos fiscais referentes à aquisições de bens/serviços em cada projeto e controladas pelo Sistema de Gerenciamento de Projetos - SGP, interface do ERP Sapiens.

O SGP possui travas quanto a diferenças de valor e/ou quantidade, além de suspender as transferências quando algum prazo formal é descumprido, trazendo segurança ao controle e confiabilidade ao gerenciamento.

Quanto à capacidade de fiscalização, enquanto o projeto social se encontra em implementação, sob acompanhamento da gerência Geimp, outra gerência (Gemav) realiza o monitoramento da execução dos projetos, alguns *in loco*, escolhidos a partir de parâmetros amostrais pré-definidos, privilegiando empreendimentos que envolvam recursos de terceiros e/ou aprovados no âmbito do Conselho Curador, dentre outros.

4.5. Suprimento de Fundos

Não se aplica à Fundação, face sua natureza jurídica.

Em analogia ao preconizado pela Portaria 175 para este tópico e visando permitir a apreciação do item, consignamos o seguinte:

- a) **Cartão de Débito Pré-Pago:** a Fundação utiliza fundo fixo de caixa, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), disponibilizado à Gerente do Núcleo de Infraestrutura da Gepin, através de cartão de débito pré-pago do Banco do Brasil.

Referido cartão pode ser usado para efetuar o pagamento de pequenas compras ou para saque de valor em espécie, para a mesma finalidade.

Quando das prestações de contas, o valor comprovado é recomposto ao saldo do cartão pré-pago.

- b) **Cartão de Crédito Empresarial:** exclusivamente para uso do Presidente e dos Diretores Executivos, a Fundação possui cartão de crédito empresarial do Banco do Brasil, que é utilizado como meio de pagamento de despesas com relacionamento público-social, com limite e condições estabelecidas em normas internas;
- c) **Cartão de Crédito Visa Viagens:** a Fundação é usuária de cartão de crédito destinado ao pagamento de passagens aéreas adquiridas junto à BB Turismo. Trata-se de um cartão virtual, ou seja, sem o plástico físico, de utilização restrita à compra de passagens.

4.6. Renúncias sob a Gestão da Fundação

Não se aplica à Fundação, face sua natureza jurídica.

5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1. Estrutura de pessoal da Fundação

A Fundação, conforme disposto no Art. 20 de seu Estatuto, não possui quadro próprio de funcionários. Seu corpo funcional constitui-se de empregados do Banco do Brasil, cedidos à Fundação, que fazem jus à remuneração dos cargos para os quais foram designados, sem direito a qualquer outra remuneração por parte da Fundação.

Os parágrafos 1º e 2º do Art. 20 do Estatuto da Fundação preveem ainda:

§ 1º. Serão ressarcidos ao Banco do Brasil S.A. todos os custos de funcionamento da Fundação, inclusive as despesas e encargos pela cessão de empregados de que trata este artigo.

§ 2º. O Presidente e os Diretores Executivos da Fundação serão remunerados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A.

Os quadros relativos às informações do corpo funcional da instituição foram formatados de acordo com o cenário da Fundação. Assim, considera-se como funcionários cedidos com ônus para a Fundação aqueles previstos no Art. 20, § 1º e sem ônus para a Fundação aqueles citados no Art. 20, § 2º ambos do Estatuto da Fundação.

Ao final de 2013, a Fundação contava com 156 (cento e cinquenta e seis) funcionários cedidos, de uma dotação de 165, possuindo assim, 9 (nove) vagas.

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Fundação

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da Fundação, em 31.12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2013	Egressos em 2013
	Autorizada	Efetiva		
1 Funcionários cedidos do BB	165	156	8	18
1.1 com ônus para a Fundação	162	153	5	15
1.2 sem ônus para a Fundação	3	3	3	3

Fonte: Planilha de Controle de Funcionalismo 2013

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Fundação

No ano de 2013 não houve caso que tenha reduzido a força de trabalho efetiva, conforme os itens indicados.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<i>1. Cargos em comissão por natureza.</i>				
1.1. Diretivos	3	3	3	3
1.2. Gerenciais	15	14	2	3
1.3. Assessoria	121	115	3	3
1.4. Assistência	26	23	1	6

Fonte: Gepin/Planilha de Controle de Funcionalismo 2013

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Fundação Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da Fundação por Faixa Etária, situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1 Funcionários cedidos do BB	10	73	34	37	2
1.1. com ônus para a Fundação	10	73	31	37	2
1.2. sem ônus para a Fundação	0	0	3	0	0

Fonte: Gepin/Planilha de Controle de Funcionalismo 2013

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Fundação Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da Fundação por Nível de Escolaridade, situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Funcionários cedidos do BB	0	0	0	0	10	49	84	13	0
1.1. com ônus para a Fundação	0	0	0	0	10	49	81	13	0
1.2. sem ônus para a Fundação	0	0	0	0	0	0	3	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gepin/Planilha de Controle de Funcionalismo 2013

5.1.3 Custos de Pessoal da Fundação

O quadro a seguir teve formatação ajustada às especificidades da Fundação BB.

Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Funcionários cedidos do BB com ônus para a Fundação		Valores em R\$ 1,00		
Exercícios Tipologias /	2011	2012	2013	
Salários	18.004.062,87	20.864.543,69	23.599.835,26	
Outras despesas com Pessoal	Programa Alimentação	1.437.165,48	1.647.073,76	1.793.436,76
	Qualidade de Vida no Trabalho	23.491,88	25.117,50	19.895,23
	Relacionamento Interno	31.149,59	34.979,22	35.105,63
	Treinamento	349.840,66	370.550,09	211.493,06
	Remoção e Cessão de	30.880,09	56.969,46	5.200,95

	Funcionários			
	INSS	2.982.084,67	3.381.720,45	3.253.728,39
	FGTS	970.033,60	1.107.622,03	1.155.278,10
	Total	23.828.708,84	27.488.576,20	30.073.973,38

Fonte: Gepin

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A Fundação não possui quadro próprio de empregados, atuando com funcionários cedidos pelo Banco do Brasil e terceirizados em atividades específicas, conforme exposto nos itens 5.1.2 e 5.2.4.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

A Fundação está incluída nos procedimentos adotados pelo Banco do Brasil S.A., empregador dos funcionários a ela cedidos.

A verificação é efetuada pelo Banco de acordo com a IN 359.2.3, abaixo descrita, uma vez que os funcionários da Fundação Banco do Brasil são funcionários do Banco do Brasil, cedidos à instituição.

3.1. Diretoria Gestão de Pessoas

3.1.1. Receba dos órgãos externos (CGC, TCU), por meio da Audit, ofício com a lista anual dos funcionários que possivelmente estariam acumulando cargos/funções públicas remuneradas, em desacordo com a Constituição Federal.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Fundação está incluída nos procedimentos adotados pelo Banco do Brasil S.A..

A verificação é efetuada pelo Banco de acordo com a IN 359.2.3, destacada no item 5.1.5, uma vez que os funcionários da Fundação Banco do Brasil são funcionários do Banco do Brasil, cedidos à instituição.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

De acordo com a IN 359-2-3 do BB, os funcionários são notificados, após o Gestor receber a notificação da Diretoria de Gestão de Pessoas do Banco. O funcionário tem um prazo para apresentar a inexistência do cargo fora do Banco. Caso não apresente, o assunto é conduzido pela norma de Controle Disciplinar.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A política de Gestão de Pessoas utilizada pela Fundação segue os mesmos parâmetros adotados pelo Banco do Brasil, tendo em vista que o seu quadro de pessoal é composto por funcionários cedidos pelo instituidor (BB).

A Fundação constantemente adota práticas para o estímulo da qualidade de vida dos funcionários visando principalmente a redução do absenteísmo e a satisfação no trabalho. Dentre as práticas adotadas podemos citar a realização de palestras envoltas às questões de saúde, realização de ginástica laboral, promoção de eventos esportivos, exigência de exame periódico de saúde anual, dentre outras ações visando a melhoria da saúde do corpo funcional.

O *turnover* da Fundação é basicamente constituído da substituição de funcionários que saem para a aposentadoria ou para retorno ao Banco do Brasil.

No que se refere à educação continuada há uma preocupação constante com a formação do funcionalismo. Existem metas de horas de treinamento para todo o corpo funcional, o que visa a sua formação e reciclagem. Além disso, a Fundação disponibiliza bolsas de estudos para cursos de graduação, pós-graduação e idiomas, em complemento às disponibilizadas pelo Banco do Brasil.

Com relação ao desempenho funcional, pode-se verificar que os níveis apurados na Fundação estão acima dos do Banco do Brasil, vide Quadro A.5.1.8.

Quadro A.5.1.8 – Demonstrativo do Desempenho Funcional

Perspectiva	Média dos Conceitos	
	Fundação BB	BB
Financeira	5,57	5,54
Clientes	5,65	5,62
Comportamento Organizacional	5,61	5,55
Processos Internos	5,58	5,51
Sociedade	5,61	5,47
Conceitos: 1 Não expressou a competência requerida 2 Expressou a competência muito abaixo do esperado 3 Expressou a competência moderadamente abaixo do esperado 4 Expressou a competência pouco abaixo do esperado 5 Expressou a competência da forma esperada 6 Expressou a competência pouco acima do esperado 7 Expressou a competência muito acima do esperado		

Fonte: Gepin/SISBB

Abaixo constam alguns índices mensurados pela Fundação:

- Rotatividade (*turnover*):

$$\{[(n^\circ \text{ de funcionários que saíram} + \text{entraram})/2 / \text{total de funcionários}] \times 100\}$$
 - ✓ Turnover de 8,33%
- Educação Continuada: (nº total de horas de treinamento e nº médio de horas de treinamento por funcionário)
 - ✓ Total de Horas de Treinamento – 10.125 horas
 - ✓ Média de Horas de Treinamento por Funcionário – 64,08 horas
- Desempenho funcional: (nota media da GDP comparativa com o BB).
- Níveis Salariais (salário médio por RF): A Fundação segue os valores pagos pelo Banco do Brasil, não possuindo ingerência sobre essa questão.

✓ Gerente de Divisão	RF 04	R\$ 17.604,22
✓ Assessor Sênior	RF 06	R\$ 11.081,12
✓ Gerente de Equipe	RF 06	R\$ 11.081,12
✓ Assessor Pleno	RF 08	R\$ 7.757,31
✓ Assessor Júnior	RF 10	R\$ 5.983,59

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

O estatuto da Fundação veda a contratação de terceirizados para exercer cargos ou atividades típica do corpo funcional e do plano de cargos e salários do Banco do Brasil.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não ocorreu no período.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (compartilhados com o BB)

Unidade Contratante																
Nome: BANCO DO BRASIL S/A																
UG/Gestão: CSL BRASILIA /DF						CNPJ: 00.000.000/05844-01										
Informações sobre os contratos																
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.			
					Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2011	L	O	2011.7418.3084	00.482.840/0001-38	13/07/11	13/07/16	4	4								A
Observações:																
LEGENDA																
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.																
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																

Fonte: GEPIN / Administração de Contratos

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4.1 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (compartilhados com o BB)

Unidade Contratante	
Nome: BANCO DO BRASIL S/A	
UG/Gestão: CSL BRASILIA /DF	CNPJ: 00.000.000/05844-01

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	2009.7418.6248	04.370.972/0001-29	14/12/09	13/12/14	1	1					A
2010	6	O	2010.7418.2403	33.216.615/0001-09	01/07/10	30/06/14	4	4					A
2010	7	O	2009.7418.3300	07.200.004/0001-62	01/07/09	30/06/14			1	1			A
2013	7	O	2013.7418.3463	02.685.728/0001-20	02/09/13	21/05/16			1	1			A
Observações:													
LEGENDA													
Área:						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1. Conservação e Limpeza;						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental;							
2. Segurança;						(M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
3. Vigilância;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P)							
4. Transportes;						Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
5. Informática;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no							
6. Copeiragem;						contrato; (C) Efetivamente contratada.							
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

Fonte: GEPIN / Administração de contratos

Quadro A.5.2.4.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (contratados pela Fundação)

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL													
UG/Gestão: FBB/GEPIN – BRASÍLIA / DF						CNPJ: 01.641.000/0001-33							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	2011/026	07.402.534/0001-93	02/01/12	02/01/15					4	4	A
2011	14	O	2011/004	07.843.902/0001-39	03/05/11	03/05/12			4	4			E
2012	14	O	2011/036	01.030.016/0001-00	01/02/12	01/02/15			4	4			A
Observações:													
O contrato nº 2011/026 refere-se à contratação de serviço de assessoria de imprensa com a contratação de: 01 (hum)													

jornalista senior; 02 (dois) jornalistas plenos e 01 (hum) jornalista junior.

Os contratos n.ºs 2011/004 e 2011/036 se referem à contratação de serviço de secretariado.

LEGENDA

Área:

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
14. *Outras*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GEPIN / Administração de contratos

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A Fundação possui diversos Convênios de Cooperação Técnico-administrativa firmados com o Banco do Brasil visando o fornecimento de bens e serviços pelo Banco à Fundação. Dentre estes, há o convênio firmado com a Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações – Dinop, que prevê o fornecimento de bens e serviços de infraestrutura e logística, incluindo os serviços de Limpeza e Higiene, Copa e Recepção.

O fornecimento de tais serviços pelo Banco do Brasil é vantajoso para a Fundação, pois reduz a mão-de-obra disponibilizada para a contratação e a administração destes contratos, assim como os custos do próprio contrato, tendo em vista que o Banco contrata estes serviços em larga escala o que permite a negociação de uma proposta melhor.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	4	4	4	4	46.844,47
Área Fim	x	x	x	X	0
Área Meio	4	4	4	4	46.844,47

Fonte: Gepin/Sapiens Relatório 225 – Projeto 5172, Contas Financeiras: 44673,44674 e 44675

6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Fundação não possui veículos e não possui contratos com terceiros.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Fundação não utiliza imóveis da União.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	DF		
	Brasília	2	2
Subtotal Brasil		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Gepin

7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia Da Informação da Fundação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.

	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Getec

8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Não se aplica				
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua					x

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Através do envio de e-mails visando a conscientização dos funcionários. 				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Campanha da Equipe de Comunicação e Autodesenvolvimento - ECOA visando a redução do consumo de papel, do uso de copos descartáveis, a reciclagem de lixo e o recolhimento de pilhas usadas para descarte. 					x
<p>Considerações Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com relação ao item que trata sobre o menor consumo de energia e/ou água, a Fundação já utiliza torneiras automáticas e lâmpadas econômicas desde 2009. Com relação à utilização de veículos automotores, não se aplica pois a Fundação não possui frota de veículos, apenas se utiliza da frota do Banco do Brasil. <p>Cumpra esclarecer ainda que devido aos Convênios de Cooperação Técnico-administrativa firmados entre a Fundação e o Banco do Brasil, muitos dos materiais e serviços utilizados pela Fundação é licitado diretamente pelo Banco, como é o caso dos serviços de copa, limpeza, recepção, locação de máquinas fotocopadoras, serviços gráficos produzidos pela gráfica do BB, serviço de malote, operação de cargas etc., assim como os materiais de copa e limpeza que fazem parte do contrato de prestação de serviços e grande parte do material de expediente.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Gepin

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$
1,00

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (1)	1147 resmas	1239 resmas	1082 resmas	R\$ 8.793,62	R\$ 10.679,75	R\$ 9.364,99
Água (2)						
Energia Elétrica	227.099 Kw	228.608 Kw	216.349 Kw	R\$ 92.334,00	R\$ 104.248,61	R\$ 95.409,84
			Total	R\$ 101.127,62	R\$ 114.928,36	R\$ 104.774,83

Fonte: Gepin

Existe um entendimento de que a FBB não está obrigada a se submeter às instruções normativas emitidas pelo Poder Executivo Federal, em especialmente a IN 01/10, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental. Por esse motivo, não aderiu a nenhum programa de sustentabilidade. Ainda assim, a Fundação tem adotado a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental em suas ações internas, como por exemplo, a separação do lixo reciclável, a substituição

de copos descartáveis por copos de vidro e canecas, a utilização de papel reciclado, a colocação de torneiras automáticas, além das campanhas de redução do uso de papel.

A Fundação promoveu campanhas educativas para conscientizar o funcionalismo quanto ao consumo de energia elétrica, incluindo nestas ações a substituição de equipamentos por outros de melhor eficiência energética. Estas ações resultaram em uma considerável economia no consumo anual de energia elétrica.

- (1) A redução no consumo de papel e energia elétrica foi um dos resultados do esforço do Ecotime em conjunto com a Gepin em suas campanhas educativas realizadas na Fundação.
- (2) Por não ocorrer individualização de hidrômetros, não foi possível o levantamento do consumo. A FBB está incluída em um condomínio de 19 (dezenove) andares, ocupando 4 (quatro) deles, sendo dois próprios (9º e 10º) e dois alugados (18º e 19º).

9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Banco do Brasil					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-000.684/2011-2	5712/2011	1.5.1	DE	540/2011-TCU/SECEX-2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO					
Descrição da Deliberação					
Item 1.5.1 – À Fundação Banco do Brasil que apresente no prazo de 120 dias, a solução adotada que permita efetuar todos os pagamentos com trânsito pelas contas específicas dos convênios celebrados, de acordo com os seus próprios normativos: Sistema de Instruções Codificadas (SIC): 5.2.6.1/2009, itens 11, 12, 13, 16 e 18; 5.1.5.1/2009, itens 10, 11, 12, 15 e 17; 5.6.6.2/2010, itens 24, 28 e 30; 5.3.1.1/2010, item 16.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gefic – Gerência de Finanças e Controladoria					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Visando não gerar trabalho manual para as agências do BB, a nova sistemática de pagamento de recursos de projetos foi concebida combinando algumas ações da Fundação Banco do Brasil (FBB), enquanto cliente do BB (liberação dos arquivos a débito da FBB e a crédito das contas específicas de projetos, via gerenciador financeiro na internet) e outras enquanto entidade ligada ao BB (libera os arquivos a débito das contas específicas de projetos e a favor dos fornecedores de bens e/ou prestadores de serviços aos projetos, via Sistema de Informações Banco do Brasil – SISBB). A recomendação foi implementada em 14/02/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os pagamentos em projetos são liquidados por trânsito pelas contas específicas (boletos, guias diversas etc.) foram incluídas na rotina de pagamento eletrônico. Desde 1/2/2013 todos os pagamentos em projetos que ainda não estavam sendo liquidados por trânsito pelas contas específicas (boletos, tributos, guias diversas etc.) foram incluídos na rotina de pagamento eletrônico. A partir da referida data, nos casos em que não for possível, por alguma razão, o processamento eletrônico do pagamento, ele se dará de forma manual, mas obrigatoriamente com trânsito do recurso pela conta específica.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fluxo de pagamento dos documentos relativos aos projetos sociais desenvolvidos pela Fundação é elevado, exigindo					

grande demanda de recursos (pessoas, tecnológicos). Algumas vezes a nova rotina desenhada não atende ao esperado, daí todo o processo tem que ser revisto desde o princípio.
Para atender parte da deliberação, alguns pagamentos foram efetuados manualmente, o que gera grande demanda de trabalho, sobrecarregando o setor de pagamentos.

Fonte: Gefic e Audit-BB

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2.1 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Banco do Brasil					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-012.773/2006-7	886/2009	1.5.3.3	TC	385/2009–TCU/SECEX-2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TCU - Tribunal de Contas da União					
Descrição da Deliberação					
Adote procedimentos formais de controle dos recursos repassados a terceiros por meio de convênios, observando os preceitos definidos na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 6.170/2007, bem como os princípios que regem a Administração Pública. Recomendação cadastrada na Audit BB sob nr. 54155.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secex – Secretaria Executiva					Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Concluimos pela impossibilidade de encaminhamento desta recomendação para certificação pelo TCU/CGU, dada a contestação protocolada pela Fundação Banco do Brasil junto ao Tribunal de Contas da União (Embargo de Declaração de 04/06/2009, documento nº 440767631 - conforme consulta ao site do TCU em 11.11.2009).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Atribuído o status "aguardando manifestação do órgão externo", dada a necessidade de aguardar a decisão do TCU quanto ao pedido formalizado pela FBB.					

Fonte: Audit-BB

QUADRO A.9.1.2.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Banco do Brasil					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-029.122/2009-5	5913/2010	1.5.1	CP	809/2010–TCU/SECEX-2

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
TCU - Tribunal de Contas da União		
Descrição da Deliberação		
Determinação: 1.5.1. à Fundação Banco do Brasil, com fulcro no art. 250, II do Regimento Interno do TCU, à vista do contido nos itens 5.17 e 5.22 da instrução de fls. 237/238 e em cumprimento ao art. 8º da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 90 (noventa) dias, estabeleça em seus normativos internos a obrigatoriedade de instauração da tomada de contas especial sempre que constatadas quaisquer das hipóteses previstas no artigo 38 da Instrução Normativa STN nº 1, de 1997 ou no §1º do art. 63 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008 em convênios que envolvam recursos públicos, inclusive oriundos do Banco do Brasil, comprovando junto ao Tribunal a adoção da medida determinada no mesmo prazo." Recomendação cadastrada na Audit BB sob nr 58861.		
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secex – Secretaria Executiva		Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:		
A Fundação protocolou perante o TCU, em 22.10.2010, pedido de reexame com o objetivo de ser revisto o acórdão nº 5913/2010, no intuito de desobrigar a Fundação Banco do Brasil de inserir, em seus procedimentos internos, o instituto de Tomada de Contas Especial, previsto no artigo 8º da Lei 8.443/1992.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Aguardando manifestação do órgão externo.		

Fonte: Audit-BB

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1.1 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203440	1	Of. 8867-2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
1. GESTÃO OPERACIONAL 1.1. Subárea - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS 1.1.1. Assunto - EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS 1.1.1.1. Constatação (26) (1) Que a FBB apresente na Demonstração de Superávit: a. as receitas financeiras segregadas entre as de recursos próprios e as de recursos de convênios; b. as despesas com a atualização das obrigações com o conveniente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Gefic – Gerência de Finanças e Controladoria	Não se aplica
Síntese da Providência Adotada	
A recomendação em epígrafe aponta duas orientações em relação a Demonstração de Superávit da FBB. No que tange à primeira parte, informamos que ela encontra-se atendida na Nota Explicativa 16, reportada da Demonstração de Superávit. Quanto ao outro ponto informamos que foi atendido na Nota Explicativa 23, reportada da Demonstração de Superávit. Diante do exposto, acreditamos que a recomendação encontra-se atendida.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Melhora na evidenciação das despesas e receitas, segregadas entre próprias e vinculadas a recursos de terceiros	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A recomendação conflitiva, em parte, com entendimentos da empresa de auditoria independente	

Quadro A.9.2.1.2 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203440	1	Of. 8867-2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>1. GESTÃO OPERACIONAL</p> <p>1.1. Subárea - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</p> <p>1.1.1. Assunto - EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS</p> <p>1.1.1.1. Constatação (26)</p> <p>(2) Que a FBB, nos seus demonstrativos contábeis futuros, acrescente as seguintes notas explicativas:</p> <p>a. nota explicativa de ativo – informando que do montante das receitas financeiras constam os rendimentos advindos da aplicação dos recursos dos convênios;</p> <p>b. nota explicativa de passivo – informando que o valor acrescido ao passivo corresponde ao aumento da obrigação com o conveniente para guardar vinculação com a atualização dos valores de convênio depositados em conta corrente e aplicados no mercado financeiro (citar a nota explicativa de ativo);</p> <p>c. nota explicativa de despesa – informando que o valor da despesa corresponde à contraparte da atualização da obrigação com convênio (citar a nota explicativa de passivo);</p> <p>d. nota explicativa de receita – informando que o valor da receita corresponde à contraparte da atualização da conta corrente com valores de convênios, atualizada com os rendimentos de aplicação (citar a nota explicativa de ativo).</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gefic – Gerência de Finanças e Controladoria			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
(a) nota explicativa de ativo - informando que do montante das receitas financeiras constam os rendimentos advindos da aplicação dos recursos dos convênios; - atendida na Nota Explicativa 11-a. (b) nota explicativa de passivo - informando que o valor acrescido ao passivo corresponde ao aumento da obrigação com o conveniente para guardar vinculação com a atualização dos valores de convênio depositados em conta corrente e aplicados no mercado financeiro (citar a nota explicativa de ativo); - atendida na Nota Explicativa 11-b. (c) nota explicativa de despesa - informando que o valor da despesa corresponde à contraparte da atualização da obrigação com convênio (citar a nota explicativa de passivo); - atendida na Nota Explicativa 23. (d) nota explicativa de receita - informando que o valor da receita corresponde à contraparte da atualização da conta corrente com valores de convênios, atualizada com os rendimentos de aplicação (citar a nota explicativa de ativo). - atendida na Nota Explicativa 16.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhora na evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas vinculados a recursos de terceiros internalizados na			

Fundação
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A recomendação conflitava, em parte, com entendimentos da empresa de auditoria independente

Quadro A.9.2.1.3 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203440	1	Of. 8867-2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
1.1.2. Assunto - RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL 1.1.2.1. Constatação (37) (2) Que a FBB apresente no relatório de gestão, para todos os indicadores e no mesmo quadro desses indicadores, entre outras, as seguintes informações: a. a fórmula de cálculo, de modo a facilitar a leitura e o entendimento; b. a meta; c. a série histórica para todos os indicadores apresentados no relatório de gestão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Controles Internos			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que os dados solicitados foram inseridas no item 2.4 do Relatório de Gestão 2012 (páginas 30 a 45), tal como preconizavam os normativos emitidos pelo TCU para a elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2012. Diante do exposto, acreditamos que a recomendação encontra-se atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior alinhamento da Fundação às normas aplicáveis			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Natureza jurídica de direito privado e realidade operacional da Fundação BB distante da do setor público, exigindo significativo esforço de adaptação / convergência			

Quadro A.9.2.1.4 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203440	2	Of. 8867-2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Descrição da Recomendação			

2. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	
2.1. Subárea - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS	
2.1.1. Assunto - CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS	
2.1.1.1. Constatação (14)	
(2) Que a FBB realize a verificação de todas as declarações de bens e renda recebidas em 2011 e 2012, além daquelas já examinadas pela equipe de auditoria desta Controladoria, a fim de confirmar o recebimento dos documentos obrigatórios, adotando as medidas corretivas, caso seja necessário.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gepin – Gestão de Pessoas e Infraestrutura	Não se aplica
Síntese da Providência Adotada	
Informamos que as inconsistências detectadas por essa Gerência de Auditoria foram corrigidas. Acreditamos, com isso, que a recomendação encontra-se plenamente atendida e, portanto, solicitamos a sua certificação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diminuição dos riscos institucionais e cumprimento da legislação pertinente	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Dificuldade em contactar e/ou promover o encaminhamento da documentação por parte dos funcionários após sua saída da instituição.	

Quadro A.9.2.1.5 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203440	3	Of. 8867-2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
3. GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS			
3.1. Subárea - PROCESSOS LICITATÓRIOS			
3.1.1. Assunto - PROCESSOS LICITATÓRIOS			
3.1.1.1. Constatação (15)			
(6) Que a administração da FBB promova a apuração de responsabilidades dos gestores cujas condutas concorreram para a ocorrência dos fatos apontados neste item do relatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna BB			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Concluída, no âmbito da Auditoria Interna do Banco do Brasil, a apuração das ocorrências irregulares objeto da presente recomendação. O Relatório de Ação Disciplinar - Rito Ordinário, sob nr. 9820/20130000753, é endereçado à Diretoria Gestão de Pessoas (Dipes) para análise e encaminhamento ao órgão julgador, conforme fluxo de procedimentos previsto no Processo de Controle Disciplinar (Instrução Normativa - IN 383).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Fundação não tem acesso ao conteúdo da apuração realizada pela Audit/BB. Até 31.12.2013 a instância julgadora (Dipes BB) não havia se pronunciado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como a apuração foi realizada pela Audit/BB, consideramos prejudicada esta análise pela Fundação			

9.2.2 Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.2.2.1 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa			Código SIORG	
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica	
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria		Item do RA	Comunicação Expedida
12	64192	20120000609	3	CGU - Of. 8867-2012 Auditoria Anual de Contas - FBB
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG	
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica	
Descrição da Recomendação				
Apresente nos relatórios de gestão os indicadores do planejamento estratégico e a correspondente análise, com vistas a medir o alcance de cada objetivo estratégico estabelecido.				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG	
Gerac – Gerência de Assessoramento Estratégico e Controles Internos			Não se aplica	
Justificativa para o seu não Cumprimento				
Recomendação com prazo de atendimento em 31.03.2014.				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
O atendimento da recomendação dependia de ajustes no Mapa Estratégico 2013-2015 da Fundação. Referidos ajustes foram propostos e aprovados pelo Conselho Curador em 11/12/2013. O novo formato permitirá medir o alcance de cada objetivo estratégico, o que já está sendo contemplado no Relatório de Gestão 2013, em seu item 2.1.				

Quadro A.9.2.2.2 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa			Código SIORG	
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica	
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria		Item do RA	Comunicação Expedida
13	64194	20120000609	3	CGU - Of. 8867-2012 Auditoria Anual de Contas - FBB
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG	
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica	
Descrição da Recomendação				
Inclua no escopo do Grupo de Trabalho de Indicadores, estudo quanto as seguintes viabilidades: a.de criação de indicadores de efetividade para programas finalísticos; b.de todo o processo de gestão dos indicadores ser consolidado em ambiente único informatizado.				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG	
NCI – Núcleo de Controles Internos			Não se aplica	
Justificativa para o seu não Cumprimento				

Recomendação com prazo de atendimento em 31.03.2014, com trabalho em andamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
<p>Para analisar a viabilidade de elaboração de indicadores de efetividade para as ações sociais (programas e projetos) apoiadas pela Fundação, em 2013 foram realizadas visitas de benchmarking em instituições com expertise no assunto (Petrobras, Fundação Itaú) entre outras, como também, consulta a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, referência na avaliação de resultados de ações sociais.</p> <p>Com base nesses estudos foram sugeridos três indicadores para uma análise preliminar: Geração de Renda, Capacitação e Impacto Ambiental. O projeto de reaplicação da Tecnologia Social Balde Cheio foi escolhido como piloto para validação desses indicadores por possuir todas as características essenciais para análise. As dimensões de capacitação e geração de renda começaram a ser aferidas semestralmente a partir de 2013 e comparadas ao marco zero (situação inicial dos participantes antes da intervenção) do Projeto. Já foram realizadas duas medições, restando mais duas que deverão ser finalização até o final 2014.</p> <p>Em relação a elaboração da metodologia de medição do indicador ambiental, foi contratada consultoria especializada no assunto. A metodologia está sendo desenvolvida por meio de pesquisa in loco junto às atividades do projeto, e tem como objetivo mensurar a emissão/sequestro de gases que causam o efeito estufa.</p> <p>A conclusão dos trabalhos de validação dos indicadores está prevista para o início de 2015, quando serão consolidados os resultados das capacitações, o incremento de renda e a medição do impacto ambiental.</p> <p>A análise da viabilidade de construção de ferramenta informatizada para gestão dos indicadores será realizada concomitantemente ao processo de validação deste processo.</p>

Quadro A.9.2.2.3 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa			Código SIORG	
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica	
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria		Item do RA	Comunicação Expedida
14	64195	20120000609	3	CGU - Of. 8867-2012 Auditoria Anual de Contas - FBB
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG	
Fundação Banco do Brasil			Não se aplica	
Descrição da Recomendação				
<p>Aprimore o plano de ação do Grupo de Trabalho, de modo que contemple, no mínimo:</p> <p>a.o objetivo;</p> <p>b.descrição das etapas;</p> <p>c.metas, ações e tempo de duração do cronograma;</p> <p>d.os resultados pretendidos.</p>				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG	
NCI – Núcleo de Controles Internos			Não se aplica	
Justificativa para o seu não Cumprimento				
<p>A implementação desta recomendação se deu em três etapas: A, B e C, conforme Plano de Ação informado em 1/10/2012. ETAPA A - CONSTRUÇÃO DOS ALGORITMOS ETAPA B - PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ETAPA C - IMPLANTAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO. Esta recomendação foi implementada em 30/1/2014 e esta aguardando a certificação pela CGU.</p>				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
Natureza jurídica de direito privado e realidade operacional da Fundação BB distante da do setor público, exigindo significativo esforço de adaptação / convergência				

Quadro A.9.2.2.4 – Informações sobre Recomendação de Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FBB – Fundação Banco do Brasil			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	64202 – 201203440	3.1.1.1	Of. 8867-2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU – Controladoria Geral da União			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
(2) Que a FBB adote providências formais para exigir da empresa contratada a apresentação imediata da garantia estipulada e, ao término da atual vigência do contrato, abstenha-se de renová-lo;			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diges – Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A FBB solicitou para a CGU reavaliação da recomendação e manifestação quanto às providências adotadas, por meio do Ofício Presi-2013/00076, de 17/01/2013, protocolado em 21/01/2013 pela Audit/Refis naquela Controladoria. Assim, concluímos pela impossibilidade de encaminhamento desta recomendação para certificação pela CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação de órgão externo			

9.3. Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da Unidade de Auditoria Interna no Organograma da UJ

A Fundação Banco do Brasil não possui unidade de auditoria interna própria. As funções de auditoria interna são desempenhadas pela Auditoria Interna do Banco do Brasil S.A., conforme convênio de cooperação institucional firmado 28.02.2005.

A Auditoria Interna do Banco do Brasil está vinculada diretamente ao Conselho de Administração, conforme dispõe o Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu artigo 35, e o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (IN SFC nº 01/2001 – Capítulo X, Seção I, item 8).

A gestão da Unidade é de competência do Comitê de Administração, composto pelo Auditor Geral e por quatro Gerentes Executivos.

A organização da Unidade está voltada para o cumprimento de suas responsabilidades e desempenho das funções que lhe foram atribuídas. Sua estrutura organizacional é composta pela Sede da Unidade – formada pelo Comitê de Administração, Divisões e Segmento Master – e pelas Gerências de Auditoria.

Na Sede, as divisões respondem pelo apoio administrativo e gerencial ao Comitê de Administração e pelo suporte às Gerências de Auditoria.

Os trabalhos de auditoria são realizados pela rede de 31 Gerências de Auditoria (GA), subordinadas diretamente ao Comitê de Administração. São 28 gerências no País e três no exterior. Das gerências no País, 25 são responsáveis pela avaliação dos processos empresariais do Banco do Brasil e respectivas empresas vinculadas. As três gerências no exterior realizam a avaliação da operação internacional da Empresa. Existe ainda uma gerência responsável pela metodologia de auditoria, uma que desempenha as atividades de relacionamento com entidades de fiscalização e controle e uma que coordena as auditorias especiais.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

A Auditoria Interna do BB iniciou, em 2013, auditoria programada na Fundação Banco do Brasil, na qual foram identificadas fragilidades, porém o trabalho não foi concluído até o final do exercício.

Também foram iniciadas apurações de denúncia de irregularidades, no âmbito da Fundação. Um dos trabalhos foi concluído e o outro encontra-se em andamento.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Foram emitidas três recomendações de auditoria para a FBB, em 2013. Todas implementadas no período.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

Os procedimentos adotados no âmbito da Auditoria Interna para acompanhamento de recomendações de auditoria interna são sistematizados e contam com apoio de base informatizada na Intranet da Audit.

Nos trabalhos de acompanhamento/certificação são verificadas não apenas a implementação das recomendações, mas, principalmente, se as constatações identificadas foram tratadas e os objetivos, riscos e controles relacionados estão adequadamente gerenciados.

As recomendações da Auditoria Interna são emitidas quando identificadas fragilidades nos processos auditados e falhas que mereçam atuação específica. São pactuadas ações com os gestores visando à minimização dos riscos e ao aprimoramento dos processos corporativos.

As ações são acordadas com prazo de implementação compatível com o nível de criticidade da constatação, a complexidade das mudanças necessárias e os custos/ recursos envolvidos. A implementação das ações recomendadas é de responsabilidade dos respectivos gestores e tem impacto na avaliação do desempenho da gestão de cada dependência responsável pelo cumprimento da recomendação.

Por decisão do Conselho de Administração, as recomendações da Auditoria Interna são classificadas em criticidades “A”, “B” ou “C”, conforme o risco envolvido e os controles internos existentes. Nessa escala, a classificação “A” representa a maior criticidade.

As constatações de auditoria são armazenadas na Intranet da Audit e as respectivas recomendações podem apresentar uma das seguintes situações:

- **Vincenda** - Quando o prazo previsto para implementação das medidas corretivas para solução da constatação estiver por vencer e não houver registro de manifestação do gestor.
- **Vencida** - Quando o prazo de implementação das medidas corretivas para solução da constatação estiver vencido e não houver registro de manifestação satisfatória/conclusiva do gestor.
- **A certificar** - Quando já houve manifestação do gestor acerca da implementação das medidas corretivas para solução da constatação e a questão estiver à disposição da Auditoria Interna para avaliação.
- **Certificada** - Quando, após avaliação, a Auditoria atestar o entendimento de que as providências adotadas em atenção à respectiva recomendação foram reconhecidas como

suficientes e eficazes, com efetivo aperfeiçoamento da gestão de controles, riscos e da governança.

- **Prejudicada** - Situação excepcional em que a constatação e respectiva recomendação possam ser desconsideradas pela Auditoria Interna. O enquadramento nessa situação requer justificativa fundamentada.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco do Brasil possui sistema para monitoramento do estágio das ações empreendidas pelo Banco em decorrência dos resultados dos trabalhos de auditoria interna.

A Intranet da Auditoria Interna conta com aplicativo específico desenvolvido com o objetivo de padronizar procedimentos de análise para Certificar, Prejudicar ou Prorrogar recomendações de auditoria, que dispõe de segregação de funções e permite o armazenamento das evidências em bases de dados, facilitando a recuperação de informações.

Para os casos de recomendações com prazo de implementação superior a 180 dias, as Gerências de Auditoria devem solicitar aos respectivos gestores o registro na Intranet da Audit, no mínimo a cada 90 dias, de “manifestação” acerca do andamento das providências para implementação.

Os parâmetros adotados facilitam o acompanhamento de prazos intermediários de recomendações e antecipam dificuldades porventura encontradas pelos responsáveis para a implementação das ações.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

A Diretoria Executiva da FBB toma conhecimento das recomendações quando do recebimento do relatório dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna na Entidade.

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Fundação recebem, trimestralmente, informações acerca dos trabalhos realizados, apontamentos efetuados e recomendações em ser, emitidas pela Auditoria Interna, incluindo aquelas que, eventualmente, não foram implementadas nas datas pactuadas.

Integram o Conselho Fiscal da Fundação membros indicados pelo Banco do Brasil, que encaminham informações para a área do Banco, responsável pela Governança da FBB.

Não existem casos de não implementação de recomendações emitidas pela Auditoria Interna. As fragilidades identificadas são devidamente evidenciadas e discutidas com os gestores responsáveis, para a definição das ações corretivas a serem adotadas. Tais ações são registradas na Intranet da Auditoria Interna sob a forma de recomendações e acompanhadas na forma descrita nos itens anteriores.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Em que pese a inexistência de casos de não aceitação de recomendações emitidas pela Auditoria Interna, existem órgãos de Governança na FBB (Conselhos Fiscal e Curador) e no Banco do Brasil (UDS – Unidade Desenvolvimento Sustentável) que poderão ser informados tempestivamente em eventuais ocorrências.

9.4. Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Na Fundação, os funcionários que exercem comissões de 1º, 2º e 3º nível gerencial, bem como seus substitutos, devem fornecer Declaração de Bem e Renda (DBR), ou autorização específica para que os auditores possam acessar a base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB).

A posse de funcionários sujeitos à entrega da declaração de bens e renda está condicionada à entrega da declaração ou autorização de sua consulta na base do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), da RFB, sob pena de nulidade do ato de nomeação.

A não apresentação de cópia da declaração e/ou a ausência de autorização para seu acesso na base do IRPF da RFB é passível de exame sob o aspecto disciplinar.

No caso de autorização de acesso à declaração de ajuste anual não há necessidade de renovação anual da permissão e o funcionário poderá cancelar a referida autorização a qualquer tempo, passando a entregar a declaração em papel. O acesso é permitido somente à CGU.

QUADRO A.9.4 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Diretoria (Presidente e Diretores Executivos)	Obrigados a entregar a DBR	3	3	3
	Entregaram a DBR	3	3	3
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Gerentes de Divisão	Obrigados a entregar a DBR	3	3	12
	Entregaram a DBR	3	3	12
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Substitutos dos Gerentes de Divisão	Obrigados a entregar a DBR	0	4	15
	Entregaram a DBR	0	4	15
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve ocorrências de dano ao Erário, em 2013.

9.6. Alimentação SIASG e SICONV

A Fundação não é integrante do orçamento da União e nem dos sistemas SIASG e SICONV.

Dessa forma, não é aplicável à Fundação o preenchimento e apresentação do Quadro A.9.6 previsto na Portaria TCU 175.

10. Relacionamento com a Sociedade

A Fundação disponibiliza em seu sítio na internet (www.fbb.org.br) o canal “fale conosco”, onde o cidadão pode entrar em contato para apresentação de dúvidas, sugestões, reclamações, elogios e outros comentários. Esse dispositivo tem como diretriz responder todos os contatos recebidos.

Quanto a ferramentas para medir a satisfação dos cidadãos-usuários, não dispomos de mecanismos ou informações relacionadas a essa questão.

Nos últimos três anos não houve pesquisa de opinião junto à sociedade, realizada pela Fundação.

11. Informações Contábeis

A apresentação das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Parecer da Auditoria Independente, Parecer do Conselho Fiscal e a Manifestação do Conselho Curador encontram-se no Anexo 7.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

Para atingir seus objetivos de forma mais eficaz a Fundação Banco do Brasil está em constante aprimoramento de seus processos não finalísticos.

Neste contexto, além dos processos de **Monitoramento e Avaliação**, já tratados no item 1.5 do presente relatório, estão inseridas as ações relacionadas ao **Assessoramento** em projetos sociais, na melhoria na **Gestão de Interna** e o uso de **Indicadores de Desempenho**.

12.1. Assessoramento

As ações de assessoramento possibilitam o acompanhamento sistemático aos diversos empreendimentos apoiados pela Fundação. Fornecem-lhe insumos valiosos para elaboração do planejamento anual de atividades, contribuindo para elaboração e o aperfeiçoamento de suas estratégias institucionais.

A seguir apresentamos algumas ações de assessoramento realizadas em 2013:

- Elaboração de Modelo organizativo complementar ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), resultado das oficinas “Como acessar o PNHR” e “PNHR e Tecnologia Social”, em parceria com a Dimob-BB e com o Ministério do Meio Ambiente, respectivamente. Essa ação resultou na parceria com duas Entidades Mobilizadoras: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA e Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, no Amazonas. Foi firmada parceria com o CAA com o objetivo de capacitar e instrumentalizar entidades organizadoras e mobilizar as famílias para implementação do PNHR com tecnologias sociais, nos estados de Minas Gerais e Alagoas;
- Realização, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, do evento “Diálogos Governo e Sociedade Civil: Fundo Amazônia”. Participaram lideranças indígenas, como os Caciques Caiapó Raoni e Megaron. Na ocasião, foram assinados 16 convênios do Fundo Amazônia;
- Assessoramento à elaboração do Edital de Credenciamento Nº 2013/029 relativo às Tecnologias Sociais Cisterna de Calçadão e Cisterna de Enxurrada, lançado pela Fundação Banco do Brasil em outubro de 2013;

- Acompanhamento do processo de revitalização de 500 Estações Digitais, com a substituição de computadores, aplicação de nova padronização visual e aumento da capacidade de conexão à internet;
- 13 mil atendimentos na central de atendimento do Programa AABB Comunidade para assessoramento relativo à renovação de convênios, novas parcerias, monitoramento e pagamentos;
- Assessoramento aos parceiros para registro de dados no Sistema de Gerenciamento de Projetos – SGP e Sistema de Informações e Gerenciamento das AABBs – SIGA.

12.2. Gestão Interna – Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia da Informação

As gerências de Pessoas e Infraestrutura e de Tecnologia da Informação são responsáveis, entre outras atividades, pelo desenvolvimento das competências humanas; pelas atividades de treinamento; gestão, suporte e orientação acerca de soluções tecnológicas que apoiam a operacionalização dos programas e projetos sociais e a automação de processos. Das ações realizadas pelas equipes ao longo de 2013, destacam-se:

Reestruturação Organizacional

Após estudo realizado pela Diretoria de Estratégia e Organização do BB (Direo), identificou-se um melhor formato para a operacionalização da Fundação. Nesse contexto, foi desenhado um novo arranjo processual e conseqüente adequação da estrutura, demandando sobremaneira as gerências de pessoas e infraestrutura, tecnologia e comunicação na realização das mudanças necessárias e divulgação interna. Foi realizado ainda um evento com o objetivo de apresentar o novo modelo aos funcionários e aumentar o envolvimento com a mudança, implementada em abril.

Capacitação do Corpo Funcional

Foram capacitados, com um mínimo de 40 horas de treinamento, 95% dos funcionários da Fundação. Essa capacitação permeia diversas áreas de conhecimentos de extrema importância para o desenvolvimento das atividades da FBB. São cursos de linha do Banco do Brasil e cursos de mercado, com objetivo de suprir as necessidades de aprimoramento dos funcionários para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

Modernização da Infraestrutura de TI

Em função da nova estrutura organizacional da Fundação Banco do Brasil e da crescente demanda de recursos tecnológicos, a infraestrutura de TI foi modernizada e ampliada. Com o apoio de consultorias especializadas, foram adquiridos equipamentos e serviços que propiciam ganhos de desempenho, aumento da capacidade de armazenamento e segurança no tráfego de informações.

Programa de Bolsas de Graduação e Pós-graduação

O programa de bolsas de graduação e pós-graduação da Fundação vem suprir a necessidade de formação em cursos de longo prazo do corpo funcional. No ano de 2013 foram desenvolvidos 15 cursos de longa duração, com bolsas de até 80% com apoio da FBB, contemplando praticamente 10% de todo o quadro de funcionários.

Interação via Web

Com a ampliação das parcerias da Fundação e com objetivo de prover soluções de apoio à operacionalização de programas e projetos sociais, foram implementadas melhorias nos sistemas corporativos e disponibilizados ambientes de interação na Web para entidades parceiras, tornando-se porta de entrada exclusiva para os projetos sociais apresentados à FBB.

Curso de Tecnologias Sociais

O Curso de Extensão em Tecnologias Sociais, iniciado em 2012, foi construído em parceria com a Unicamp de forma inovadora. Concluído em março de 2013, foram formados 28 funcionários nos conceitos mais atualizados acerca das tecnologias sociais, o que possibilitou um maior entendimento da conceituação e da aplicação dos conhecimentos envolvidos no assunto. Tal processo desenvolveu uma maior unicidade conceitual no corpo funcional de toda a Fundação.

Fórum de Gestão de Pessoas

Iniciado em 2012 e finalizado em 2013, o I Fórum de Gestão de Pessoas da Fundação contou com participação de todo o corpo funcional. Foram elencados diversos pontos acerca da política de gestão de pessoas da FBB e a percepção quanto a sua efetiva implementação. Finalizada a fase de reuniões e elaboração de avaliação, foi construído um relatório final que serve, a partir de sua apresentação, como balizador de uma série de ações da Fundação em prol do aprimoramento dos processos.

Desenvolvimento de Lideranças

Uma das ações implementadas como desdobramento do Fórum de Gestão de Pessoas foi a contratação do curso Desenvolvimento de Lideranças em Contexto de Mudança da Cultura Organizacional, que vem efetuando prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em especial junto aos gestores da instituição. O curso teve início em novembro de 2013 e terá a sua sequência no primeiro semestre de 2014. Esta capacitação vem atender ao anseio dos funcionários em um maior investimento por parte da Fundação no aprimoramento do corpo gerencial da instituição.

12.3. Metodologia dos Indicadores de Desempenho dos Programas Sociais

O modelo de análise utilizado para elaboração dos relatórios de prestação de contas anuais da Fundação tem como referencial metodológico o Balanced Scorecard – BSC e o Key Performance Indicators (Indicador-chave de desempenho – ICD).

O BSC complementa medições financeiras com avaliações sobre o cliente, identificando os processos internos que devem ser aprimorados e analisando as possibilidades de aprendizado e crescimento. Da mesma forma, avalia os investimentos em recursos humanos, tecnologia e capacitação que poderão mudar substancialmente as atividades, impulsionando o desempenho futuro e viabilizando o cumprimento da estratégia e da visão da organização.

A metodologia passou a ser aplicada pela FBB no Relatório de Atividades 2010, permitindo um acompanhamento sistematizado da execução dos investimentos sociais realizados. Ela complementa outras análises já incorporadas à estratégia da Instituição, notadamente aquelas com foco na operacionalização, no impacto e na efetividade das ações, que são objeto das atividades desenvolvidas pelo monitoramento e avaliação.

Objetivos do modelo:

Facilitar a análise e o acompanhamento da execução dos programas/projetos da Fundação;

Possibilitar o acompanhamento da execução orçamentária;

Facilitar a gerenciamento do planejamento estratégico;

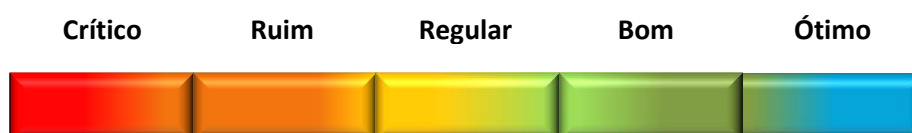
Melhorar a qualidade das informações prestadas pela Fundação a seu

Instituidor, aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Para a construção da metodologia, foram selecionados indicadores chave de desempenho comuns às áreas fins da Fundação, com o objetivo de medir a eficácia/eficiência da execução de seus programas e projetos.

Com base no referencial metodológico do Balanced Scorecard, foram convencionadas réguas de mensuração, que estabelecem padrões de desempenho, utilizados na análise dos resultados.

Os indicadores têm como base os Planos Táticos da FBB e são alimentados pelas áreas operacionais. Para facilitar a análise dos resultados, foi elaborada ferramenta gráfica que mostra o desempenho da execução (grupamento/programa, eixo de atuação e Fundação). Essa representação possibilita uma leitura situacional simples e diretiva do resultado.



As faixas da ferramenta gráfica variam a cada 100 pontos, com início e fim em 0 e 500, respectivamente. Ficando assim definidas:

- Crítico: de 0 a 100;
- Ruim: de 100 a 200;
- Regular: de 200 a 300;
- Bom: de 300 a 400;
- Ótimo: de 400 a 500.

Para a mensuração dos indicadores, leva-se em conta apenas o investimento social aplicado em ações que atingem diretamente os participantes dos programas/projetos, apartando-se gastos de monitoramento, gastos de execução e investimento em ações táticas.

Investimento Social Direto - São valores destinados a ações finalísticas (projeto social) com objetivos, públicos participantes e prazos de execução definidos. É o recurso que alcança os participantes diretos.

Gastos de Monitoramento - São valores destinados ao pagamento de despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação, efetuadas por funcionários da Fundação em viagens de monitoramento técnico a projetos.

Gastos de Execução - São valores destinados ao pagamento de despesas efetuadas pela Fundação no acompanhamento a projetos/programas. Englobam valores relativos a gastos dispendidos com funcionários, em missões institucionais, e com representantes de entidades parceiras, instituições de pesquisa, universidades, escolas técnicas e consultores, convidados a participar de oficinas e reuniões técnicas que se fizerem necessárias.

Ação Tática - São investimentos indiretos, alinhados à estratégia da Fundação e implementados no sentido de orientar, qualificar, otimizar e potencializar os investimentos sociais diretos.

Ações táticas se relacionam com as seguintes atividades:

Elaboração de diagnósticos, estudos prévios, levantamentos, pesquisas e consultorias que tenham como escopo o auxílio às decisões estratégicas da Fundação;

Avaliação de resultados e métodos por meio da realização de visitas, entrevistas, documentos e relatórios, com vistas a subsidiar tomadas de decisões;

Promoção de ações de divulgação, atualização e intercâmbio por meio da realização de encontros, participação em feiras, exposições;

Produção e reprodução, em qualquer mídia, de trabalhos de cunho técnico e referenciais metodológicos, voltados à sociedade em geral, ou de materiais audiovisuais de propaganda institucional.

A definição dos indicadores foi baseada nas seguintes premissas:

Simplicidade - indicadores de fácil compreensão;

Objetividade - informações claras e diretas;

Padronização - mesmo padrão de conformidade para diferentes áreas de atuação;

Flexibilidade - adequação às possíveis alterações de cenários e reprogramações orçamentárias; e

Utilidade - auxílio ao processo de tomada de decisões e ao acompanhamento da execução orçamentária, possibilitando integração entre o direcionamento estratégico e as ações táticas e operacionais.

Os indicadores escolhidos pela Fundação para acompanhar a execução de seus investimentos sociais são os seguintes:

Participantes Diretos (eficácia) – número de pessoas diretamente envolvidas pela intervenção proposta. Indicador de eficácia que representa o nível de atingimento diante da previsão inicial.

Utilidade: identificar se a missão institucional está sendo alcançada na perspectiva dos participantes diretos dos projetos, ou seja, pessoas. Enquanto Terceiro Setor, o objetivo finalístico da FBB é promover a transformação e a inclusão socioproductiva;

Monitoramento Técnico (eficácia) - número de acompanhamentos técnicos previstos. Indicador de eficácia, mensurado pela relação entre a quantidade de monitoramentos previstos e realizados.

Utilidade: considera o ciclo de desenvolvimento que possui foco no aprimoramento contínuo, conhecido na administração privada como PDCA (Plan, Do, Check, Act), em português: planejar, executar, verificar e melhorar. Qualifica-se o indicador de monitoramento técnico como parte desse ciclo: etapa Check (verificar).

Execução Orçamentária Total (eficácia) - valor orçado/realizado para a execução do programa/projeto, sem os valores referentes às ações táticas. Indicador de eficácia, mensurado pela relação entre os valores previstos e os realizados.

Utilidade: também com base no PDCA, considera-se esse indicador como parte desse ciclo: etapa Do (executar). Na FBB, o indicador da execução orçamentária reflete o andamento da realização dos projetos e também as prioridades estratégicas.

Eficiência Programada (eficiência) – indicador obtido pela relação entre os investimentos sociais diretos e a quantidade de participantes diretos, os valores de monitoramento e a quantidade de monitoramentos.

Utilidade: reflete um dos princípios da administração pública abordado no artigo 37 da Constituição Federal: a administração pública deve buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando a qualidade dos serviços, com economia de despesas– (Binômio: qualidade nos serviços + racionalidade de gastos). Chama-se Eficiência Programada porque na FBB a eficiência é considerada na elaboração e na execução de um projeto.

Cálculo dos Indicadores 2013

Em 2013, a Fundação passou por uma reformulação em sua estrutura organizacional e, por consequência, algumas mudanças operacionais. Dentre essas novas diretrizes, houve a orientação em descontinuar as visitas de monitoramento técnico, com base em um piloto de monitoramento à distancia, conforme abordado anteriormente. Com isso, não foi definida a amostra de projetos para monitoramento técnico no ano, afetando esse indicador. A solução adotada foi igualar o número previsto de monitoramentos ao número realizado, com o objetivo de viabilizar o cálculo dos indicadores na metodologia utilizada pela FBB.

Utilidade conjunta

A análise e o resultado combinado dos indicadores, que possuem como referencial a relação entre as metodologias BSC e KPI, refletem de forma objetiva e simplificada o nível de atingimento dos objetivos institucionais com base na mensuração dos fatores críticos de sucesso da FBB. Quatro indicadores chaves abrangentes, acima dos scorecards, de longo prazo e perenes, que consideram a lógica da administração pública e privada, fornecem para os stakeholders da Fundação uma imagem clara do que é importante, do que precisa ser feito e foi perseguido. Possibilitam a representação do propósito de longo prazo da FBB e a comunicação eficaz da missão institucional.

Mensurabilidade dos indicadores

Para a apuração, considera-se o ano fiscal compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. Atualmente, é possível obter um acompanhamento semestral de atingimento das metas.

Os indicadores são de fácil compreensão e de baixo custo de implementação. Por possuir metodologia simples e padronizada de mensuração, são facilmente auditáveis e compreendidos.

Etapas de cálculo dos indicadores e fórmulas

A. Indicadores de Eficácia

- Cálculo/análise do valor programado versus realizado.
- Enquadramento dos resultados nas réguas de pontuação.

Fórmulas:

Participantes Diretos (PD) – qdt realizada/qtd orçada, o resultado é aplicado à régua 1.

Monitoramento Técnico (MT) - qdt realizada/qtd orçada, o resultado é aplicado à régua 1.

Execução Orçamentária Total (EOT) - valor realizado/valor orçado, resultado é aplicado à régua 2.

B. Eficiência Programada

Eficiência do Investimento Social: cálculo da relação entre o valor orçado/realizado para investimento social direto e a quantidade orçada/realizada de participantes diretos.

Fórmula: Eficiência do Investimento Social Direto (ISD) = (ISD / PD (realizado)) / (ISD / PD (orçado))

O resultado é aplicado à régua 3.

Eficiência do Monitoramento Técnico: cálculo da relação entre o valor orçado/realizado para gastos de monitoramento técnico e o número de monitoramentos realizados.

Fórmula: Eficiência do Monitoramento Técnico = (GEM / MT (realizado)) / (GEM / MT (orçado))

O resultado é aplicado à régua 3.

Enquadramento dos resultados nas régua de pontuação e ponderação dos resultados da eficiência da execução orçamentária total e da eficiência do monitoramento técnico.

Resultado Final é igual à ponderação dos resultados da eficiência do ISD (80%) com a eficiência do MT (20%).

C. Quantidade prevista de participantes diretos

Convencionou-se que a quantidade prevista de participantes seja calculada com base em um Valor Referencial de Investimento Social por Participante (VRISP), apurado para cada grupamento de projetos, da seguinte forma:

1	<p>Divide-se o valor do investimento social direto realizado em cada um dos três últimos exercícios (n-3, n-2 e n-1), pelo número de participantes observado no mesmo período.</p> <p>IP Ano n-3 = Valor Investimento Social Direto Ano n-3 / Quantidade Participantes Ano n-3</p> <p>IP Ano n-2 = Valor Investimento Social Direto Ano n-2 / Quantidade Participantes Ano n-2</p> <p>IP Ano n-1 = Valor Investimento Social Direto Ano n-1 / Quantidade Participantes Ano n-1</p>
2	<p>Atualiza-se o valor do investimento por participante apurado em cada exercício pelo IPCA.</p> <p>IP Atualizado Ano n = IP Ano n X IPC</p>
3	<p>Apura-se a média ponderada do investimento por participante nos três últimos exercícios, aplicando-se peso 0,2 para o Ano n-3, peso 0,3 para o Ano n-2 e peso 0,5 para o Ano n-1.</p> <p>Média IP = IP At Ano n-3 X 0,2 + IP At Ano n-2 X 0,3 + IP At Ano n-1 X 0,5</p>

Para facilitar a operacionalização, este cálculo é feito automaticamente no momento da impositação dos dados da ação no plano de atividades. Assim, quando se registra o valor orçado, o sistema completa a informação, indicando a quantidade prevista de participantes, usando-se o VRISP previamente definido do programa/projeto para o qual está sendo feita a previsão.

Além de padronizar e simplificar o cálculo da quantidade de participantes na etapa de planejamento, melhorando a qualidade dos indicadores, o estabelecimento de valores referenciais de investimento se constitui em ferramenta para os processos de prospecção e análise de propostas. Sem adquirir caráter restritivo, a metodologia fornece parâmetro adicional que pode contribuir para apurar se os valores do investimento propostos estão compatíveis com outras ações já apoiadas pela Fundação.

D. Régua de Pontuação

RÉGUA 1	
%ATINGIDO	PONTUAÇÃO
ABAIXO DE 65,00%	1
DE 65,00% A 79,99%	2
DE 80,00% A 94,99%	3
DE 95,00% A 104,99%	4
ACIMA DE 105,00%	5

RÉGUA 2	
%ATINGIDO	PONTUAÇÃO
ABAIXO DE 70,00%	1
DE 70,00% A 79,99%	2
DE 80,00% A 89,99%	3
DE 90,00% A 97,99%	4
DE 98,00% A 100,50%	5
DE 100,51 A 102,50	4
DE 102,51 A 105,99	3
DE 106,00 A 119,99	2
ACIMA 119,99 %	1

RÉGUA 3	
% ATINGIDO	PONTUAÇÃO
ABAIXO DE 95,00%	5
DE 95,00% A 100,99%	4
DE 101,00% A 104,99%	3
DE 105,00% A 109,99%	2
ACIMA DE 109,99%	1

Diretoria Executiva

Jose Caetano de Andrade Minchillo
Presidente

Vagner Lacerda Ribeiro
Diretor Executivo

Marcos Melo Frade
Diretor Executivo